

Tribuna da Luta Operária

ANO IX — Nº 339 — DE 23 A 29 DE NOVEMBRO DE 1987

Cz\$ 15,00

CONSTITUINTE:

Mobilizar o povo para garantir os avanços

Veja como foram as últimas votações na Comissão de Sistematização, que encerrou seus trabalhos aprovando um projeto de Constituição com avanços inegáveis em relação aos textos elaborados nas etapas anteriores. E saiba como agir para evitar que os conservadores derrubem na fase das votações em plenário as vitórias obtidas até agora.

Pág. 3.



EDITORIAL

Defender as conquistas

A Constituinte não se deixou intimidar. De nada valeram as ameaças. Os parlamentares, agora “inimigas e inimigos” de Sarney, aprovaram os quatro anos de mandato para o atual presidente e a implantação do parlamentarismo já.

Isolado, desmoralizado e derrotado, Sarney diz, da boca para fora, que aceita as deliberações dos constituintes. Mas na prática revela sua mesquinhez, ao perseguir pessoas ligadas aos que votaram por quatro anos. E se dispõe a governar na base dos decretos-leis, enquanto a nova Carta não entrar em vigor. Prova assim, mais uma vez, que não está preparado para conviver com a democracia. Seria absolutamente impatriótico permitir que um governo falido deste tipo permanecesse por mais dois anos praticando tropelias e provocando crises.

Revelando ainda o desatino dos governistas, o Conselho Monetário Nacional tenta impedir ao país a conversão da dívida externa em capital de risco, ignorando uma decisão da Comissão de Sistematização que proíbe expressamente tal atitude. Para os “amigos” de Sarney as ordens dos banqueiros internacionais estão acima de tudo.

Mas as coisas não ficam aí. Matreiramente os partidários do presidente procuram criar na opinião pública a impressão de que a aprovação dos quatro anos “inviabiliza” o parlamentarismo. Dizem que a campanha eleitoral vai sufocar a implantação do novo sistema de governo. E ainda insinuam que haveria uma “negociação” trocando os quatro anos pela manutenção do presidencialismo. Como se os democratas pudessem comerciar com os destinos da pátria para satisfazer aos caprichos de um presidente incompetente que se aferra à cadeira que usurpou.

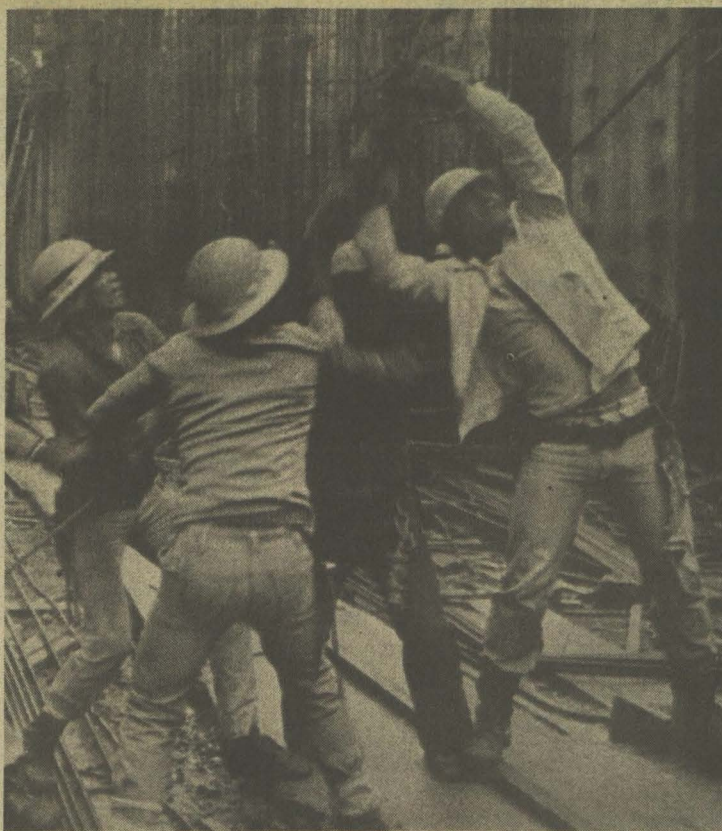
Tudo isto indica que o Brasil vive um momento extremamente grave. A crise econômica

toma rumos assustadores. O governo capitula aos credores internacionais e já iniciou a volta ao FMI. A direita conspira e sucessivos pronunciamentos acenam com uma intervenção militar. As classes dominantes não se conformam com as conquistas democráticas alcançadas na Comissão de Sistematização na Constituinte. O povo, por seu lado, não suporta mais as condições em que vive. E não pode permitir que, mais uma vez, os reacionários atropелеm a liberdade.

Nesta semana começam os trabalhos do plenário da Constituinte. Não se pode confiar que o clima favorável à democracia, criado nas últimas votações da Comissão de Sistematização, seja suficiente para dar ao país uma Constituição progressista. O “centrão”, tutelado pela direita mais raivosa, e com apoio desavergonhado da máquina governamental, vai fazer tudo que puder para virar a mesa e modificar as coisas de acordo com os interesses dos latifundiários e do capital estrangeiro. E, além disto, normas reacionárias e entreguistas, como o absurdo “Estado de Defesa” e a esdrúxula definição de “empresa nacional de capital estrangeiro”, por exemplo, precisam ser derrubadas para que a Carta atenda de fato aos anseios da nação.

Coloca-se assim como exigência fundamental uma política de unidade, a mais ampla possível, com todas as correntes, com todos os constituintes honestos e dispostos a lutar pelo progresso, e uma urgente mobilização popular em todo o país, com caravanas a Brasília, para defender a democracia.

Na votação dos quatro anos para Sarney, a vibrante participação das galerias foi peça chave para empurrar os vacilantes e fortalecer os verdadeiros democratas. Agora são 559 constituintes, que precisam ver e ouvir, cara a cara, os eleitores exigindo seus direitos.



Morte acompanha o trabalho na construção civil

A impunidade dos patrões faz desta categoria a recordista em acidentes de trabalho. Pág. 8.



Violência nas eleições do Haiti

Pleito será dia 29, e dois candidatos foram mortos. P. 2

Reagan faz novo ataque contra a informática

O governo dos EUA anunciou represálias às exportações brasileiras para pressionar pelo fim da lei de informática. Página 4.



Em 10 de novembro de 1937, Getúlio anuncia o golpe

Lições nos 50 anos do Estado Novo

Como em 1934, a Constituinte registrou avanços e fixou mandato em 4 anos. P.7

A URSS e a II Guerra Mundial

A segunda grande vitória do Socialismo no mundo. Pág. 5

CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A bandeira vermelha do país dos Soviets desfraldada sobre o Reichstag.

HAITI

Tramóias às vésperas da eleição

O Haiti deve ir às urnas no próximo dia 29. Deve, mas nada é garantido nessa pequena ilha dominada por imperialistas norte-americanos e franceses. Seu bravo povo — um dos mais miseráveis do mundo (veja quadro nesta página) — conseguiu botar para correr, em 7 de fevereiro de 1986, o então chefe de governo Jean Claude Duvalier (*Baby Doc*), que herdou o poder de seu pai, François Duvalier, uma das mais sangüinárias ditaduras desta segunda metade do século. Mas ainda não se livrou do domínio imperialista, e são os Estados Unidos — em conluio com a França de Mitterrand — os avalistas do Conselho Nacional de Governo, comandado pelo general Henry Namphy, que domina o país desde a queda da ditadura dos Duvalier.

O processo eleitoral está longe de ser democrático. Desde a sua convocação, em março, tropas do Exército, milícias dos latifundiários e os **tonton macoute** (antiga polícia secreta da ditadura) mataram 80 pessoas — inclusive dois candidatos à presidência — e feriram mais de 200. O presidente do Partido Democrático Haitiano, Daniel Narcisse, candidato a prefeito de Porto Príncipe, a capital, foi deportado. A gráfica que está imprimindo as cédulas eleitorais foi atacada com bombas. O Conselho Eleitoral Provisório — encarregado pela Constituinte (que encerrou seus trabalhos em março) de coordenar o pleito — já foi atacado mais de dez vezes somente neste mês.

Mesmo assim, os Estados Unidos e a França, juntamente com o Canadá, divulgaram uma nota apoiando o “processo eleitoral” em curso. O governo de Ronald Reagan foi ainda mais longe, e seu subsecretário adjunto de Estado, Richard Holwill, disse que “a situação no Haiti é preocupante, mas não é de pânico”. Puderam! Somente neste ano, os EUA injetaram 100 milhões de dólares na ilha, utilizados entre outras coisas para a compra de capacetes e bombas de gás lacrimogêneo e treino dos militares em ações anti-motim. Após liberar essa verba, Rea-

gan afirmou que o pequeno país “marcha para a democracia” e que a situação dos direitos humanos “melhora substancialmente”...

ESCALADA ANTIDEMOCRÁTICA

Em meio a tudo isso, não há como negar as intenções continuistas do atual chefe de governo, general Namphy. Desde a queda da ditadura, ele chefia o país. Mas ainda não completara 50 dias de governo quando surgiu a primeira crise: o ministro da Justiça, Gérard Gourgue, único membro do Conselho Nacional de Governo que não participara da ditadura recém-deposta, renunciou, em março de 1986, anunciando que os duvalieristas continuavam sendo prestigiados pelo poder, e que as reformas democráticas necessárias não estavam sendo implementadas.

Apesar disso, as potências imperialistas continuaram prestigiando a junta de governo, e o secretário de Estado dos EUA, George Shultz, declarou-se a favor de “um governo eleito, por qualquer tipo de processo eleitoral”. Namphy colocou mãos à obra e tratou de organizar “qualquer tipo de processo eleitoral”. Primeiro foi uma Constituinte convocada às pressas, para trabalhar com um anteprojeto de Constituição da lavra do próprio Conselho de Governo. Menos de 10% dos eleitores compareceram às urnas. Mesmo assim, os “constituintes” assumiram, e surpreenderam Namphy: fizeram alterações de caráter mais democrático no seu anteprojeto de Carta Magna e criaram o Conselho Eleitoral Provisório para preparar o pleito presidencial, convocado para 29 de novembro. Aprovaram, ainda, a formação de uma comissão independente para acompanhar o processo eleitoral.

A nova Constituição, com a convocação das eleições, foi aprovada em 29 de março. Determinava que militares da ativa, políticos vinculados ao governo Duvalier e elementos envolvidos em corrupção não poderiam ser candidatos. Namphy tentou mudar essas



As manifestações populares dificultam as manobras continuistas do general Namphy (foto menor)

normas, inclusive cancelou a formação da comissão independente que fiscalizaria o pleito, em junho último. As manifestações populares reivindicando democracia explodiram por todo o país. O general reprimiu a ferro e fogo as manifestações. Mas teve que voltar atrás e reinstaurar a comissão independente.

A violência política, porém, continuou. E os sucessores de Duvalier não ficam devendo ao ex-ditador em matéria de requinte de selvageria. Basta

citar o caso do garoto Bonet Hubert. Numa das manifestações oposicionistas, Bonet foi capturado pelos policiais. O menino, de 12 anos, foi colocado contra um muro, com as mãos para cima. Os policiais metralharam seus braços. O garoto teve os dois membros amputados à bala.

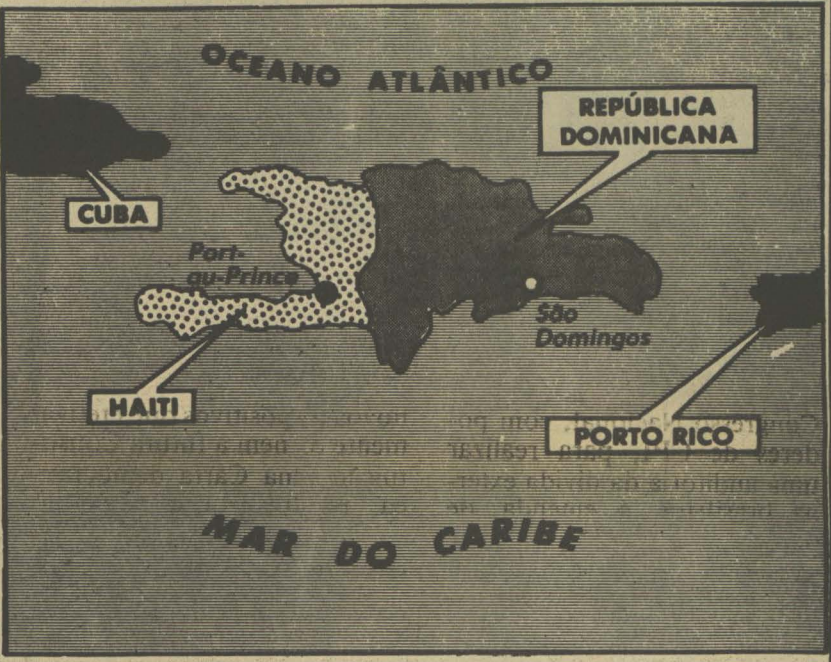
São as tais “melhoras substanciais” na questão dos direitos humanos que somente o Reagan percebeu. Vai ver que no tempo da ditadura os soldados teriam mirado o cora-

ção, e não os braços do menino...

De qualquer forma, Namphy pode até perder os anéis, mas pretende garantir os dedos. Por isso, no dia 9 — 20 dias antes do pleito — se autoproclamou “comandante-chefe das Forças Armadas” (cargo que já ocupou durante a ditadura de *Baby Doc*) por três anos. Independentemente de quem ganhe as eleições — se elas ocorrerem. (Carlos Pompe)

Vítimas da miséria

O Haiti ocupa o terço ocidental da ilha de Hispaniola, nas Antilhas — a maior parte da ilha forma a República Dominicana. Os haitianos são a maioria populacional da ilha e são vítimas do maior subdesenvolvimento de toda a América — seu país é o único americano a constar da lista dos 25 mais pobres do planeta. A média de vida da população é de apenas 33 anos e o país é o maior exportador de sangue humano do mundo! Cerca de 80% dos seus 5,1 milhões de habitantes são analfabetos. E essa dura realidade não foi modificada após a queda da ditadura dos “Docs”, que durou 29 anos.



ALBÂNIA

Congresso da juventude

A brasileira Gisela Mendonça, ex-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), participou do 9º Congresso da União da Juventude do Trabalho da Albânia, em outubro último. Neste artigo ela relata sua experiência junto aos 1.750 delegados e 3 mil participantes do encontro, realizado em Tirana.

O que mais me impressionou e marcou no Congresso foram as 240 intervenções nas plenárias e grupos de discussões. Estudantes, metalúrgicos, pastores, agricultores, professores, mineiros, jornalistas, pescadores, esportistas, soldados, ferroviários, marinheiros, artistas, operários de diversas fábricas — todos relataram suas experiências, e a sensação que ficou é de que, onde houver juventude trabalhando, estudando, vivendo, há também comitês da UJT.

Lá estavam 1.501 delegados eleitos pelas organizações de base. O Congresso, realizado a cada cinco anos, foi um grande acontecimento político para o país. Foi transmitido pela televisão e acompanhado diretamente por todo o povo. Durante o encontro, estiveram presentes ministros, que ouviram os informes e as críticas. O próprio presidente da Assembleia Popular da Albânia, Ramiz Alia, assistiu às sessões e, ao final do Congresso, saudou a juventude e ressaltou sua atitude combativa na construção de um país novo, livre e socialista.

Em todas as áreas, os relatos dos jovens davam uma ideia do trabalho gigantesco feito pela juventude. Sob seu



Plenária do Congresso da União da Juventude do Trabalho

cuidado estão áreas imensas do campo — que produzem o suficiente para alimentar todo o povo —, fábricas importantes — que trazem a independência econômica e tecnológica —, e são os jovens os responsáveis por cortar o país com vias férreas e rodovias, e é a juventude a força mais crítica e avançada no desenvolvimento das artes e da cultura. O balanço da atuação da UJT realçava esses dados, mas não deixava também de apontar debilidades, como os problemas existentes na forma de ingresso na universidade, o pouco avanço na área de esportes, o conservadorismo ainda existente na organização da família.

A alegria e descontração foram marcas fundamentais do encontro. Mesmo com a pontualidade extremada (as plenárias iniciavam-se impreterivelmente às 8 da manhã), as festas eram constantes todas as noites. Com a apresentação de artistas jovens, principalmente cantores e dançarinos, foi possível constatar a felicidade que sente uma juventude que tem

educação, trabalho, cultura e lazer como um direito conquistado.

Um grande interesse sobre o Brasil existe em toda conversa que se inicia. Os jovens têm, no geral, conhecimento sobre a situação do nosso país e, principalmente, sobre o PC do B e o futebol — para eles, as duas marcas principais de nossa terra.

Além do Brasil, estavam presentes representantes das juventudes do Vietnã, Argélia, Grã-Bretanha, Dinamarca, República Dominicana, Equador, Canadá, Colômbia, Peru, Portugal, Síria, Espanha, Suécia, Tanzânia, Azânia, Sahara Ocidental, Movimento Pan-Africano, União da Juventude Árabe e jovens palestinos.

Ao final do Congresso, ficou a certeza de que a UJT tinha saído mais fortalecida, e que a juventude se empenharia para cumprir as metas do 8º Plano Quinquenal, com o aumento do nível de vida e bem-estar do povo. Sem deixar de dançar, cantar ou tomar seu raki. (Gisela Mendonça)

Criminoso nazista

O criminoso de guerra Josef Franz Leo Schwamberger, preso dia 13 na Argentina, admitiu perante um juiz de La Plata ter sido oficial das SS (tropas de elite do Exército nazista) durante a Segunda Guerra Mundial. Schwamberger, austríaco, começou sua carreira com os nazistas em 1938 e esteve na Polônia em 1939 ou 1940, comandando locais onde eram confinados comunistas, democratas e judeus antes de serem enviados a campos de concentração. Depois, assumiu o comando de um campo de trabalhos forçados em Mielec, onde milhares de anti-nazistas e judeus foram assassinados pelos homens de Hitler. Schwamberger fugiu da prisão, após o fim da guerra, em 1948, quando ficou sob a responsabilidade dos Estados Unidos — país envolvido no acobertamento de inúmeros criminosos nazistas. Agora o assassino será extraditado para a Alemanha Ocidental.

Carestia iugoslava

Pioram as condições de vida dos trabalhadores iugoslavos. Na semana passada o primeiro-ministro Branko Mikulic decretou aumentos entre 30% e 70% nos preços de produtos essenciais e combustíveis. As medidas visam, segundo o governo, conter a inflação anual de 135%. Mas os salários estão congelados. Para FMI nenhum botar defeito.

Escola de capitalismo

O governo dos Estados Unidos anunciou a criação, na Hungria — país que se diz socialista —, de um instituto para treinamento de empresários, num acordo com o governo húngaro. Será a primeira entidade do gênero no Leste Europeu. Segundo a diretora administrativa da escola capitalista, a húngara Zsuzsanna Ranki, o objetivo do instituto “é dotar nossos executivos com todas as habilidades e conhecimentos, para torná-los mais competitivos”. Os revisionistas húngaros, ao pedirem socorro aos Estados Unidos para melhor atuarem como burgueses, seguem a orientação de um antigo anúncio de TV no Brasil: “A melhor coisa do capitalismo” (e o burguês batia três vezes na carteira) “é ser capitalista”...

Aumentos na Polônia

O governo militar da Polônia anunciou que as reformas econômicas que vigorarão a partir de 1º de janeiro de 1988 elevarão os preços dos alimentos, combustíveis e energia em até 200%. Os gêneros alimentícios de primeira necessidade subirão 110%. As reformas ainda incluem cortes de subsídios, legalização de indústrias capitalistas, entre outras medidas de caráter nitidamente burgueses. A Igreja polonesa pediu um voto de confiança nessas medidas do governo.

Campeão de corrupção

A Itália é a provável campeã da corrupção política na Europa. Somente entre 1976 e 1986, a corrupção teria custado aos cofres públicos 28 bilhões de dólares. Essa é a conclusão de um estudo feito por Franco Cazzola, professor de Ciências Políticas na Universidade da Catânia. Segundo a imprensa italiana, 58% desse recorde de corrupção pertencem ao Partido Democrata Cristão — abertamente apoiado pelo Vaticano. Em seguida, aparece o Partido Social-Democrata, do ex-primeiro ministro Bettino Craxi. Também o partido revisionista local, o PCI, está listado entre os corruptos.

Bangladesh em luta

A situação vai se tornando cada vez mais tensa em Bangladesh. O forte policiamento de Daca, a capital, não tem intimidado o povo, que continua realizando massivas manifestações contra o governo do presidente Hussain Mohammad Ershad — no poder há seis anos. Agora Ershad apelou para grupos pára-militares, que estão atacando as sedes de partidos oposicionistas com bombas. As duas principais dirigentes da oposição, Sheikh Hasina e Khaleida Zia, foram colocadas sob prisão domiciliar. Cerca de mil pessoas estão encarceradas por se oporem ao governo, e quase 20 já morreram nos ataques da polícia aos atos de protesto.

Repressão racista

A polícia racista da África do Sul cercou dia 13 a casa de Winnie Mandela e prendeu dez jovens negros que fazem parte de um time de futebol organizado pela ativista antiapartheid. Winnie é mulher de Nelson Mandela, ex-presidente do Congresso Nacional Africano, a principal organização que enfrenta o regime anti-negro sul-africano. “O tipo de violência que eles usaram é o mesmo tipo de violência à qual eles querem que nossos líderes renunciem”, denunciou Winnie. Nelson Mandela está preso há 25 anos.

da Independência
Nacional da América
do Trabalho

ato comemorativo

27 de novembro - 19:30 horas

na sede do IAB
rua bento freitas, 306
sobreloja
sp - capital

palestra; exposição fotográfica,
de livros e revistas;
de produtos artísticos;
mostra de slides.

Tribuna Operária

Semanário Nacional

Faça já sua assinatura e ajude a imprensa operária que luta pela liberdade e pelo socialismo

Anual (52 edições)	Cz\$ 1.560,00
Anual popular (52 edições)	Cz\$ 780,00
Semestral (26 edições)	Cz\$ 780,00
Semestral popular (26 edições)	Cz\$ 390,00
Anual para o exterior (em dólares)	Us\$ 70

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: CEP:

Estado:

Profissão:

Data:

Recorte este cupom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda
Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — S. Paulo
CEP: 01318

CONSTITUINTE

Agora, a batalha decisiva do plenário

Depois de 53 dias de intenso trabalho, a Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte encerrou, na madrugada de quarta-feira passada, a votação do projeto de Constituição que, agora, em data ainda indefinida, será examinado pelo plenário da Constituinte. Nesse período foram realizadas 509 votações de destaques, com a aprovação de 214, a rejeição de 234 e a prejudicialidade por falta de quórum qualificado para aprovação — 47 votos — de 61 destaques. O saldo final de todo esse trabalho foi positivo. Apesar da manutenção de alguns pontos ainda extremamente reacionários, o conjunto do projeto aprovado pela Sistematização é, no geral, mais progressista, democrático e avançado que o substitutivo inicialmente apresentado pelo relator Bernardo Cabral.

Na última semana de votação, foi obtida uma das mais importantes vitórias de todo o processo constituinte com a aprovação da emenda reduzindo para 4 anos o mandato do presidente José Sarney. Foi uma sessão emocionante. Com as galerias lotadas e a presença de todos os titulares da Comissão, a emenda marcando eleições diretas para presidente da República em 1988, subscrita pelos constituintes Jorge Hage, Haroldo Lima, líder do PCdoB e José Maria Eymael, foi aprovada por 48 votos a favor e 45 contra. Assim que o senador Jamil Haddad, do PSB, deu o 47º voto favorável à emenda, garantindo a sua aprovação, o plenário e a galeria explodiram num grito unânime: “Diretas Já”, no meio de abraços, aplausos e lágrimas emocionadas.

A votação do mandato de Sarney foi encaminhada por quatro constituintes. Falaram a favor dos 4 anos os senadores José Richa e Mário Covas, arrancando aplausos do plenário e das galerias. A favor dos 5 anos e do falido governo Sarney falaram o senador

Afonso Arinos, sem grande convicção no que defendia, e o desastrado líder do PFL, José Lourenço, em um discurso que, por muito pouco, não aumentou o número de votos favoráveis aos 4 anos. O deputado José Thomaz Nonô, do PFL de Alagoas, que votou nos 5 anos, ao final do discurso do líder de seu partido, ironizava: “Esse foi o único discurso que quase consegue mudar votos.”

A aprovação do mandato de 4 anos para o presidente Sarney foi uma grande vitória dos setores democráticos e progressistas e um nítido sinal da desagregação completa do governo Sarney. Apesar de todas as pressões, chantagens, ameaças e promessas de favores e empregos, o governo não conseguiu reunir o número de votos necessários para garantir a sua continuidade até 1990. Os governadores Miguel Arraes, de Pernambuco, e Waldir Pires, da Bahia, tiveram um papel decisivo na votação, ao assumirem a defesa dos 4 anos e, com isso, convencerem suas bancadas a votar favoravelmente à emenda. Agora, embora esse resultado ainda precise ser referendado pelo plenário da Constituinte, o desgaste e o isolamento do governo fazem prever que dificilmente os 4 anos não sejam aprovados. Com isso, coloca-se um ponto final no governo Sarney e abre-se uma nova esperança para o futuro do povo brasileiro, com eleições diretas para presidente e a instituição do parlamentarismo.

AUDITORIA DA DÍVIDA EXTERNA

Outra grande vitória conquistada nessa fase dos trabalhos constituintes foi a aprovação de uma emenda instituindo uma comissão mista do Congresso Nacional, com poderes de CPI, para realizar uma auditoria da dívida externa brasileira. A emenda, de autoria do constituinte Hermes Zanetti, propunha, também a suspensão do pagamen-

to dos juros da dívida externa, até o final dessa auditoria. No entanto, para facilitar sua aprovação, o autor da emenda retirou a proposta de suspensão. Com isso, a emenda foi aprovada por 58 votos a favor, 29 contra e 1 abstenção.

Apesar dessa limitação, a aprovação da emenda foi de grande importância para o tratamento dessa questão crucial, na medida em que abre o caminho para a realização de uma profunda investigação política sobre todo o processo de endividamento externo brasileiro, cujo resultado certamente será um poderoso argumento em favor de medidas mais patrióticas no tratamento do problema.

Encerrado o trabalho da Comissão de Sistematização, o projeto de Constituição será agora submetido à discussão e votação pelo plenário da Constituinte. Antes, porém, aguarda-se a aprovação das alterações do regimento interno, propostas pelo chamado “Centrão” e alteradas pela Mesa, de forma a permitir a apresentação de novas emendas ao projeto aprovado pela Comissão de Sistematização. A expectativa é de que essas emendas sejam admitidas, embora em número limitado por constituinte e submetidas à votação pelo plenário após parecer do relator, mediante pedido de preferência. Com isso, a previsão é de que o projeto de Constituição comece a ser votado pelo plenário por volta do dia 9 de dezembro.

Nessa última e decisiva fase, é fundamental uma permanente mobilização de todo o movimento popular e democrático para acompanhar de perto todas as votações de forma a garantir as conquistas já obtidas e forçar a aprovação de novos dispositivos que efetivamente tornem a futura Constituição uma Carta democrática, progressista e moderna.

(Moacyr de Oliveira Filho, de Brasília)



A partir de agora, olho vivo no plenário. E preciso pressioná-lo para obter uma Carta progressista

Um passo para trás

Apenas um dia após a votação pela Comissão de Sistematização do mandato de 4 anos para Sarney, uma outra decisão veio demonstrar que a maioria centrista da Constituinte continua a atuar de forma vacilante na luta pela completa democratização do país. Por 49 votos a 42 foi derrotada uma emenda que ampliava a anistia, de forma a beneficiar principalmente os marinheiros e soldados da Aeronáutica, punidos por ocasião do golpe de 64 e até hoje não anistiados. Cedendo covardemente às pressões e ameaças dos militares, algumas importantes lideranças políticas votaram contra a ampliação da anistia, causando grande revolta nos marinheiros que assistiam a votação das galerias e nos constituintes comprometidos com esta luta.

A maior decepção e revolta foi provocada pelo senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, que apesar de ser suplente da Comissão de Sistematiza-

ção, fez questão de votar contra a anistia aos marinheiros, numa atitude que empalideceu o brilho de sua atuação no dia anterior, durante a votação das diretas. Quando saía do plenário, Covas foi vaiado pelos marinheiros, que aos gritos de “traidor” e com lágrimas nos olhos, não perdoaram a atitude do senador. Ao tentar justificar sua posição, Covas alegou que a aprovação da emenda poderia provocar uma grande irritação nos meios militares, e até quem sabe levar a reações

mais violentas que pudessem comprometer a transição política. Ou seja, entre saldar uma dívida de justiça com militares democratas punidos por defenderem a legalidade constitucional e mostrar-se confiável aos militares fascistas que ainda estão dando as cartas no poder, Covas preferiu a segunda opção. Com isso, comprometeu seriamente sua imagem perante os setores democráticos, dando uma demonstração de subserviência e medo diante do poder militar.



Militares cassados assistem à votação: a anistia não saiu

SAÚDE

Seminário discute ação das forças progressistas

Que caminhos trilhar para conquistar a saúde como direito do povo? Como os serviços do setor são afetados pela crise estrutural que vive o país, particularmente com a dependência a que é submetido? O projeto aprovado pela Constituinte pode representar um avanço?

Estas e outras questões foram debatidas no seminário “Rumos da Saúde no Brasil”, promovido pelo Instituto de Análises e Pesquisas Sociais, do Rio (IPAS) e o Centro de Estudos e Pesquisas Sociais, de S. Paulo (CEPS). De 13 a 15 de novembro reuniram-se no Rio 126 profissionais e autoridades de saúde de 16 estados, parlamentares constituintes e estaduais, sindicalistas e democratas em geral. Destaque especial coube à participação do Dr. Jayme Breilh, da

Universidade de Quito — Equador, que deu uma importante contribuição para a abordagem marxista do tema. Participou da abertura o presidente do Inamps, Hésio Cordeiro.

O seminário, que contou com o apoio do Inamps, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Instituto Vital Brasil e Organização Panamericana de Assistência à Saúde, terá todos seus debates divulgados. Segundo seus organizadores, ele se constitui num grande êxito, pois as resoluções aprovadas “são avançadas e coerentes, norteadas os setores progressistas a uma intervenção firme para garantir e alargar as conquistas já alcançadas; ao mesmo tempo, recomendam uma postura crítica e independente destes setores,



Jaime Breilh (à direita): presença destacada num encontro...

para prosseguir a luta por um sistema de saúde estatizado, em que não tenha lugar a exploração de lucro capitalista.”

Abaixo, publicamos os tre-

chos mais importantes da resolução aprovada. Na próxima edição, maiores detalhes sobre o evento e suas conclusões.

“Como não poderia deixar de ser, a crise profunda que o país vive se reflete em cheio no setor saúde. Destaca-se um brutal agravamento das condições de vida do povo, com o maior arrocho salarial da nossa história, o alastramento do desemprego, a recessão na economia e o aguçamento da miséria. No campo institucional, trava-se intensa luta política em torno da implementação do projeto de reforma sanitária.

“A reforma sanitária surgiu como indicativo da VII Conferência Nacional de Saúde, realizada em março de 1986, refletindo por um lado antigos anseios dos setores populares e progressistas em conquistar amplas mudanças na política de saúde, e por outro o interesse de autoridades do governo em implementar uma política mais afinada com o projeto do setor monopolista da burguesia brasileira, então hegemônica no aparelho de estado. Entretanto, na implementação concreta da reforma, a

saúde, bem como do capital internacional.

“Ainda assim, o projeto da reforma sanitária incorporou avanços importantes. Dentre eles, destacamos:

- * Sistema único de saúde, com descentralização, regionalização e hierarquização;
- * Espaços para a participação popular na implementação das políticas de saúde;
- * Maior destinação de recursos financeiros da Previdência para o setor público;
- * Caracterização da isonomia salarial como direito dos profissionais de saúde.

Há, no entanto, uma forte pressão das forças direitistas e clientelistas para negar estes avanços. Isto se materializa na sua tentativa de inviabilizar, em diversos estados, a implantação dos SUDs (mesmo estes representando apenas um arremedo do projeto de reforma sanitária). De outra parte, há ainda debilidades na participação do movimento popular organizado na ocupação efetiva dos canais abertos para a implementação da reforma. No plano mais geral, a reforma sanitária enfrenta também graves problemas políticos, na medida em que o governo fe-

deral se enquadra cada vez mais nas exigências impostas pelo imperialismo e pela reação.

Esta realidade indica alguns desafios para todos os que lutam por mudanças progressistas no setor saúde:

1. Exercer a pressão popular, de forma crítica e independente, para abrir e ocupar canais de participação no processo de implantação dos SUDs, visando garantir avanços progressistas e democráticos que fortaleçam a luta pela reforma sanitária.
2. Resgatar, inclusive na luta em curso na Assembléia Nacional Constituinte, os princípios básicos da reforma sanitária definidos na VIII Conferência Nacional, em particular a estatização progressiva do setor saúde, a estatização da indústria farmacêutica, a definição do percentual fixo para a saúde e a implantação de uma política de recursos humanos que valorize efetivamente o profissional da área, com garantia de salários dignos.
3. Articular a luta pela reforma sanitária com a luta por um novo governo que defenda efetivamente a soberania nacional e implemente mudanças democráticas na sociedade brasileira.

Por fim, o seminário “Rumos da Saúde no Brasil” conclui que não será possível resolver a fundo os problemas da saúde no país sem atacar as contradições que marcam a nossa estrutura social, em particular eliminar a dependência do Brasil perante os grandes grupos econômicos estrangeiros, conquistar uma reforma agrária que extinga o sistema do latifúndio e erguer um novo regime político dirigido pelo povo trabalhador.”

Rio de Janeiro, 15 de Novembro de 1987.

Te liga na luta, Brasil.



Dia 30 de novembro às 20h30 o PCdoB na TV

1º de dezembro: Dia Nacional de Filiação



...marcado pela amplitude e pela discussão profunda dos temas.

INFORMÁTICA

Novo ataque do imperialismo ianque

A pressão do governo norte-americano para derrubar a lei brasileira de reserva de mercado às empresas nacionais de informática ganhou uma nova dimensão no último dia 13, com o anúncio do presidente Ronald Reagan de que vai impor represálias comerciais ao Brasil.

O pretexto para as sanções foi a proibição, feita pela Secretaria Especial de Informática (SEI), da comercialização no mercado brasileiro de um programa para microcomputador (o MS-DOS) produzido pela Microsoft, segunda maior fabricante dos Estados Unidos, nessa área. Mercadoria com funções semelhantes ao MS-DOS já é oferecida por empresas nacionais.

A REPRESÁLIA

A medida anunciada por Reagan foi o aumento de tarifas sobre as exportações brasileiras. Ainda não foi definida a lista de produtos que serão sobretaxados — o que deverá ocorrer no início desta semana. Porém fontes governamentais norte-americanas trataram de propagar que as sanções deverão atingir o mais amplo leque de mercadorias.

Os monopólios norte-americanos da área de computação alegam que estão sofrendo prejuízos de pelo menos 105 milhões de dó-

lares em função da reserva de mercado. O valor das retaliações seria equivalente, o que levou alguns economistas a tentar minimizar a importância da atitude do senhor Reagan. William Cline, por exemplo, do Instituto para Economia Internacional de Washington, atribuiu a decisão a um pretensão sentimento de frustração da sociedade norte-americana, causado pela crise econômica, que teria sido interpretado no gesto do governo. O prejuízo de 105 milhões de dólares, diz Cline, é irrelevante diante do gigantesco déficit comercial dos EUA, de 170 bilhões de dólares.

O ALVO DE REAGAN

A avaliação de Cline, contudo, nada tem a ver com a realidade. Embora as sanções contra as exportações brasileiras expressem também o recrudescimento do protecionismo ianque, o alvo de Reagan é, prioritariamente, outro. Ele exige liberdade de atuação dos monopólios americanos no apetitoso mercado brasileiro de computadores, que durante o ano passado movimentou 3 bilhões de dólares. Tal pretensão esbarra na lei de reserva de mercado para informática aprovada pelo Congresso.

Embora muito barulho seja feito contra a reserva de mercado

a verdade é que ela tem apresentado bons resultados no sentido de garantir o desenvolvimento de uma tecnologia própria e das empresas nacionais do setor.

O crescimento da indústria de computadores nos últimos anos tem sido da ordem de 30% ao ano, sendo que a participação de empresas brasileiras no mercado também evoluiu bastante — em 1979, cerca de 10 indústrias nacionais faturaram 190 bilhões de dólares, enquanto as estrangeiras (na época, seis) ficaram com 600 milhões de dólares.

No ano passado, as brasileiras (cujo número chegava a 300) arrecadaram 1,5 bilhão de dólares, o mesmo valor abocanhado pelas estrangeiras. Evidentemente que, sem reserva de mercado, a indústria nacional não teria tido esse desempenho, seria simplesmente esmagada pelos poderosos monopólios estrangeiros e o Brasil continuaria, também nesta área, completamente à mercê da dependência externa.

Para atingir seus objetivos Reagan vem manobrando precisamente com o caráter dependente do modelo econômico brasileiro, forçado a fazer um grande esforço de exportação para pagar a dívida externa. O governo ianque deseja provocar o máximo de pressões internas contra a reserva de mercado para informática,

contando para isto com seus testas-de-ferro como o senador Roberto Campos (popular “Bob Fields”), porta-vozes como “O Estado de São Paulo” e capitalistas com interesses associados aos do imperialismo.

Um terço das exportações brasileiras são destinadas ao mercado ianque. A burguesia de setores como a indústria de calçados (que vende quase tudo quanto produz para os EUA, onde espera faturar neste ano mais de 1 bilhão de dólares), assustada com a possibilidade de perder mercado, passou a adotar os pontos de vista de Reagan.

O vice-presidente da Associação Comercial e Industrial de Nova Hamburgo, Cursio Juchen, por exemplo, declarou: “Já expusemos ao ministro Bresser Pereira que não estamos dispostos a aceitar retaliações ou a pagar a conta de um setor que não é o nosso. Se o governo tiver de optar, que opte pela abertura de reserva de mercado para a informática, porque não vamos pagar essa conta”.

São muitos os que não conseguem enxergar seus próprios e egoístas interesses como o senhor Juchen. Também o presidente da Petrobrás, Oziris Silva (a estatal exporta cerca de 400 milhões de dólares em gasolina para os Estados Unidos), vem pressionando o



governo para que chegue logo a “um acordo” — que, evidentemente, só poderá significar a abertura da reserva de mercado.

Afora a retórica, o governo Sarney pouco ou nada fez para responder às retaliações. No entanto, é possível dar uma respos-

ta à altura, uma delas foi proposta pelo senador Severo Gomes, na forma de um projeto de lei encaminhado ao Congresso, que prevê, entre outras coisas, a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa aos bancos norte-americanos.



Comissão de Sistematização aprovou projeto que proíbe a conversão, mas o Executivo fez que não viu

CONVERSÃO

Agressão à Constituinte

Ao aprovar o projeto de conversão da dívida externa em investimentos, elaborado pelo Banco Central, o Conselho Monetário Nacional (CMN) cometeu no mínimo uma agressão à soberania da Assembléia Nacional Constituinte, cuja Comissão de Sistematização havia aprovado um projeto de decisão apresentado pelo deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ) que simplesmente proibia qualquer iniciativa neste sentido.

Uma comissão de parlamentares constituintes ainda tentou convencer os membros do CMN e, especialmente, o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, a não apreciar a matéria. Afinal, argumentaram inclusive com a posição oficial do PMDB (partido a que pertence o senhor Bresser Pereira), que em sua última convenção decidiu que a questão da conversão deveria ser tratada pela Assembléia Constituinte.

LÓGICA ENTREGUISTA

No entanto, os representantes da burguesia e os tecnobu-

rocratas (para usar uma expressão ao gosto do ministro da Fazenda) com acento no conselho fizeram ouvidos de mercador, provavelmente por se sentirem com maior poder do que a própria Constituinte. A aprovação da conversão da dívida a toque de caixa certamente reflete acordos inconcebíveis assumidos pelo governo brasileiro junto aos bancos estrangeiros.

O deputado Paulo Ramos considerou que “a aprovação deste projeto pelo Conselho Monetário Nacional constitui-se em confronto entre os poderes Executivo e Legislativo”. Agora, espera-se a análise do tema pelo plenário da Constituinte e o presidente interino da assembléia, Mauro Benevides, já declarou que “obviamente, se qualquer decisão a nível de governo tiver sido adotada e representar infração à deliberação desta casa, haverá de prevalecer a soberania da Assembléia Nacional Constituinte.”

Embora o governo nova-

mente alegue que a conversão da dívida permitirá o aumento da taxa de investimentos no país e apregoe outros benefícios, na realidade a medida só serve aos interesses dos banqueiros e monopólios estrangeiros, prendendo-se à lógica do modelo econômico dependente vigente no país. Não haverá novas inversões na economia com base em capital externo, mas apenas a transformação de títulos da dívida em cruzados para aplicação em novos empreendimentos ou em ações. Isto agravará ainda mais o dramático problema do déficit público, uma vez que é o Banco Central que vai ter de emitir esse dinheiro.

O projeto, embora prevenindo algumas restrições à conversão (como a fixação de um limite nas aplicações em empresas nacionais, de forma a impedir a transferência de controle), vai aumentar enormemente o poderio das multinacionais no país, especialmente através da aquisição de ações de empresas estatais.

Mobilização do povo é essencial

A Assembléia Nacional Constituinte completou esta semana uma etapa importante de seus trabalhos, com a aprovação pela Comissão de Sistematização do projeto de Constituição. Apesar da correlação de forças aparentemente desfavorável, o resultado deste trabalho foi positivo. O aguçamento da crise econômica, o desgaste e o isolamento do governo Sarney e a crescente insatisfação popular contribuíram decisivamente para a aprovação de um texto mais progressista e democrático do que o substitutivo original, embora ainda com grandes e graves debilidades.

De qualquer maneira, importantes vitórias foram obtidas. Seja no terreno das liberdades individuais, seja no terreno social. Na questão política estas vitórias foram as mais expressivas, garantindo-se eleição direta para presidente em 1988, a adoção de um novo regime de governo, parlamentarista, a liberdade de organização partidária e o voto proporcional.

A vitória dos 4 anos de mandato para presidente representou uma importante derrota para o atual governo. Reacendeu as esperanças dos brasileiros num futuro mais promissor. Essa vitória não está consolidada, na medida em que precisa ser referendada pelo plenário. Ao lado da conquista para eleições diretas para presidente em 1988, a manuten-

OPINIÃO PARLAMENTAR

Deputado Eduardo Bomfim, PC do B — AL

ção do parlamentarismo é, sem dúvida alguma, a principal batalha política a se travar dentro e fora da Constituinte nos próximos dias.

Com a aprovação dos 4 anos de mandato, setores da faixa dominante interessados em manter inalterados os seus privilégios e seus poderes começam a investir pesadamente contra o parlamentarismo, numa tentativa desesperada de obter apoio para derrotá-lo em plenário. Estas forças envolvem desde os militares — sabidamente defensores ferrenhos do presidencialismo —, até mesmo alguns partidos de cunho progressista, mas que, movidos por interesses pessoais e exclusivistas, aliam-se com os setores mais conservadores na luta contra o parlamentarismo.

Dentro deste quadro, o açodado de candidaturas presidenciais contribui para enfraquecer a defesa do parlamentarismo, esta sim a questão central colocada na ordem do dia. O ex-governador Leonel Brizola, líder máximo do PDT, já anunciou que sua candidatura é contra o parlamentarismo. Combater e neutralizar estas concepções equivocadas é tarefa do momento.

Pouco adiantará a conquista de eleições diretas se elas não forem acompanhadas de uma profunda mudança no atual sistema de governo vigente no país. A manutenção do presidencialismo integral hoje existente significa a manutenção do militarismo, de uma estrutura de poder centralizada e, portanto, anti-democrática.

Por isto mesmo, quer o lançamento de candidaturas a presidente, quer propostas justas na essência, como a de eleições gerais, quando colocadas apressadamente em discussão, antes da definição do sistema de governo, pouco contribuem para a consolidação da democracia em nosso país. E acabam servindo aos interesses da direita. O momento agora é de mobilizar o povo para acompanhar as votações finais e decisivas e principalmente lutar para a manutenção no texto constitucional do sistema parlamentarista de governo. Só assim estaremos contribuindo efetivamente para consolidar a democracia e dotar o país de uma Carta Magna democrática e progressista.

CASO AUTOLATINA

Mais humilhações para o governo

Um jogo de comadres. Esta é certamente a melhor expressão para definir o tom morno e amigável que assumiu na semana passada a disputa entre a Autolatina e o governo, em que se discute o alegado direito das empresas particulares desconhecem solenemente a política econômica em vigor no país.

A estranha peleja passou a se desenvolver em dois campos distintos. No plano institucional, o governo limitou-se a dar prosseguimento à representação que fez junto ao Supremo Tribunal Federal pedindo a cassação da liminar concedida à Autolatina, que a autoriza a praticar os preços que quiser. Ninguém no Ministério da Fazenda chegou sequer a lembrar a possibilidade de enfrentar a multinacional de forma um pouco mais efetiva, cortando por exemplo os gordos subsídios concedidos a ela para facilitar a venda de seus veículos nos mercados externos.

Ao invés de endurecer o próprio governo preferiu abrir negociações com um adversário que poucos dias antes o humilhara. No dia 14, o assessor especial de Bresser Pereira, Yoshiaki Nakano, e o presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos, André Beer, iniciaram uma série de contatos visando estabelecer uma solução “aceitável” pelas duas partes, e se possível brecar o andamento da disputa no Judiciário.

Os termos em que se desenvolveram estas negociações são no mínimo vergonhosos. Primeiro, Nakano informou, no próprio dia 14, que o governo estava realmente disposto a conceder reajustes de preços às montadoras, faltando apenas definir detalhes. Mais tarde, André Beer revelou, e não foi desmentido, que uma das cláusulas que estão sendo negociadas equivale a um autêntico mecanismo de decurso de prazo, a favor das indústrias: elas passarão a apresentar mensalmente seus pedidos de reajuste, e se o Conselho Interministerial de Preços não julgar estes pedidos em 15 dias, eles serão aplicados imediatamente.

Ford e Volks lutam pelo direito de desconhecer as leis do país.

Foto: Aguilaldo Zordenoni

LEILÃO DA UDR

Dinheiro para o terror

Esbanjando arrogância, fortuna e demagogia, a UDR — organização terrorista dos grandes latifundiários — promoveu no final da semana passada um leilão com 7 mil animais na Granja do Torto, em Brasília. No ato não faltaram discursos raivosos contra a reforma agrária, as resoluções progressistas da Constituinte e os deputados comprometidos com a luta dos trabalhadores rurais. Aldo Arantes, deputado federal do PC do B, foi um dos alvos principais dos ataques e provocações dos fanáticos da UDR.

Ronaldo Caiado, presidente da entidade de cunho fascista,

afirmou que o leilão visava apenas mostrar a força dos fazendeiros. Mas ficou patente que o real objetivo do evento foi arrecadar milhões de cruzados para patrocinar o lobby dos latifundiários na Constituinte contra a reforma agrária, financiar a campanha eleitoral do próximo ano e ampliar a indústria de pistolagem (com armas e jagunços) na zona rural.

Poucos dias antes da “festa”, a UDR sentiu o gosto amargo da ira popular. Num ato na Câmara Municipal de Cuiabá, Ronaldo Caiado foi vaiado e “ovocionado” por mais de 400 pessoas. O ato de

repúdio à UDR foi promovido por várias entidades populares e democráticas e partidos políticos (PCdoB, PT, PMDB, PDT e PSB). Os aproximadamente 30 jagunços que faziam a segurança de Ronaldo Caiado atiraram para o alto e a multidão passou a jogar ovos podres e lama. O presidente da UDR foi atingido várias vezes e um dos seus capangas ficou com o nariz sangrando. A manifestação repercutiu positivamente na cidade. O governador do Estado, o prefeito da capital, deputados e a imprensa repudiaram a conduta violenta da UDR e deram apoio aos populares. (da sucursal)

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

A hora da maioria falar

Não marchar isolado. Este é um postulado fundamental para o êxito na luta política. E a Constituinte tem sido rica em exemplos instrutivos a este respeito. Até a direita, mascarando-se sob o nome de “centrão”, mostra que está atenta à necessidade de conquistar aliados.

TÁTICA ACERTADA

Os democratas também estão vigilantes neste assunto. Na comissão de sistematização, quando perceberam uma correlação de forças equilibradas, uniram-se em torno da emenda que fixava o mandato de 4 anos para Sarney, abrindo mão de propostas mais radicais, como a do PCdoB que marcava eleições 120 dias após a promulgação da Carta Magna. O resultado, com apenas três votos de diferença, confirmou que a decisão havia sido acertada.

Também em relação à reforma agrária, foi necessário um recuo, para impedir que a UDR inviabilizasse definitivamente os esforços legais em favor de alterações na estrutura agrária. Em união com diversas correntes, foi possível aprovar a definição da função social da propriedade, batendo os direitistas, que não admitem qualquer limitação ao que chamam sagrado direito da empresa privada. Mas para obter este resultado, os progressistas tiveram que abrir mão do artigo que fixava condições para a imissão de posse das terras desapropriadas. Isto foi jogado para a legislação ordinária. Alguns, imaginando que é melhor caminhar só, levando como bagagem apenas o orgulho de andar em linha reta, não compreenderam esta manobra tática e, no outro dia, apareceram nos jornais como inconformados — junto com a UDR. Uma companhia incômoda, para quem pretende se apresentar como baluarte da esquerda.

NOVO DESAFIO

Agora, novo desafio se apresenta. Sarney, derrotado na questão do sistema de governo e na fixação do mandato, diz que vai governar apenas com os amigos. E seus porta-vozes na Constituinte declararam que estão em maioria, que a Comissão de Sistematização não espelha a composição do plenário. Arrotam força, embora percebam muito bem que estão em rota de colisão com os sentimentos de mais de 100 milhões de brasileiros.

As pressões de Sarney, os favores, as ameaças de retirar os afiliados de cargos na administração federal e estadual, os gritos dos generais, tudo isto influi nas decisões da Constituinte. Mas é ilusão tachar majorias e minorias fixas, imutáveis. É preciso lembrar que o mesmo Congresso que, no governo Figueiredo, tinha uma sólida maioria governista, do PDS, sob a pressão de milhões de ruas, derrotou Malfuf e, com isto, trabalhou pelo fim do regime militar.

QUE MAIORIA

O “centrão” fala em maioria por causa das 300 assinaturas obtidas. Seria um equívoco grave cair nesta arapuca e considerar todos “inimigos”. Neste número, a direita propriamente é uma escassa minoria. Foi apenas uma manobra hábil, aproveitando-se do anseio dos deputados de defender uma emenda em plenário — às vezes não tanto por seu conteúdo mas como “apresentação de serviço” para seus eleitores. Usando este sentimento, a direita quer virar a mesa, conquistar o privilégio de mudar títulos inteiros no projeto aprovado na Sistematização e isolar as forças progressistas.

Uma política de esclarecimento e desmascaramento da manobra, aliada com uma manifestação vigorosa da verdadeira maioria — os milhões e milhões de trabalhadores e democratas nas ruas e em Brasília —, é que vai consagrar uma Constituinte que reflita as necessidades do Brasil. (Rogério Lustosa)

Vitória sobre o nazismo: a 2.ª grande vitória do socialismo

Se a Revolução de Outubro foi a primeira grande vitória do Socialismo no mundo, a defesa da pátria socialista e a derrota sobre o nazismo na II Guerra Mundial se constituíram no segundo momento mais importante da luta pela liquidação do capitalismo da face da terra. O fato é que foram os soviéticos os mais duramente atingidos pela violência provocada pela guerra: 20 milhões de mortos, 5 milhões de deportados, 1710 cidades e povoados destruídos, 70 mil aldeias reduzidas a cinzas, 6 milhões de edifícios arrasados, deixando 25 milhões de desabrigados, 32 mil empresas e 65 mil kms de ferrovias destruídas! No campo, 98 mil Kolkoses (cooperativas de produtores agrícolas), 1876 sovkoses (cooperativas estatais) 2.870 estações de máquinas e tratores foram liquidadas pelos nazistas, além do saque de 7 milhões de cavalos, 17 milhões de cabeças de gado, 20 milhões de porcos e 27 milhões de ovelhas e cabras. A URSS perdeu, durante a guerra, cerca de 30% de suas riquezas naturais. Tudo computado, significou 41% do total das perdas de todos os países que participaram do conflito. Sem dúvida nenhuma, a maior cota de sacrifício recaiu sobre os ombros do povo soviético, que desempenhou o papel decisivo nas principais fases do desenvolvimento da guerra.

O MAIOR CONFRONTO MILITAR DA HISTÓRIA DA HUMANIDADE

Das 14.500 guerras assinaladas pelos historiadores desde tempos remotos, até hoje — onde morreram bilhões de pessoas, o equivalente à população atual do mundo —, a II Guerra Mundial foi o maior confronto militar da história da humanidade. Sessenta e um estados foram envolvidos, com 81% da população do globo. Cento e dez milhões de soldados foram mobilizados, em territórios de 40 países. Cerca de 50 milhões de pessoas morreram, no front e na retaguarda. Para a historiografia imperialista burguesa, o responsável por tudo isso foi o “espírito agressivo do Comintern, que rompeu o equilíbrio do desenvolvimento histórico”. Já os historiadores revisionistas pós-vigésimo congresso do P.C. soviético (que assinalou a vitória dos kruschovistas sobre os marxistas-leninistas) consideram que caso houvesse diálogo e entendimento entre as partes, se poderia ter evitado a conflagração. Enquanto uma análise concreta da situação naquele período leva à conclusão de que a guerra foi consequência das leis objetivas do próprio sistema imperialista, na luta por mercados e fontes de matéria-prima, e pela redivisão do mundo em área de influência. Fator importante também jogou a construção da base material do socialismo na URSS, o desenvolvimento da luta dos povos nos países capitalistas e no mundo colonial, transformando-se em poderosa ameaça ao sistema capitalista em



3 de julho: Stálin convoca a Nação em editorial do jornal Pravda (A Verdade)

crise. Foi justamente na segunda metade de 1937 que uma nova crise econômica se iniciou nos EUA, estendendo-se à Inglaterra, França e outros países europeus. O nível da produção industrial nos EUA em 1938 baixou em 21% em relação ao ano anterior. No caso da Inglaterra o rebaixamento ficou em 6% e na França, 7%. O Japão, a Alemanha e a Itália trataram de reorganizar suas respectivas economias em bases militares para conter a diminuição da produção. Na verdade, estes países faziam seus cálculos à base do desencadeamento da guerra mundial e de novas anexações, como o melhor meio de se salvar da crise e superar as dificuldades internas engendradas pelas próprias contradições de classe.

POTÊNCIAS ALIADAS CONFIARAM NA LIQUIDAÇÃO DA PÁTRIA SOCIALISTA

Em 1927, o 8º pleno da III Internacional Comunista alertava para a gestação de uma nova guerra inter-imperialista, levando em conta a grande concentração de material explosivo e a eclosão de várias guerras localizadas. O desenvolvimento da indústria alemã (por sinal incentivada pelos próprios EUA), o recrudescimento do militarismo japonês e a consolidação do fascismo na Itália, amadureceram as condições para o desencadeamento da guerra. Por seu turno, as potências aliadas — EUA, Inglaterra e França — confiavam na possibilidade de que o nazismo voltasse suas garras para a jovem república soviética, em pleno desenvolvimento de suas capacidades produtivas e técnicas. A história, entretanto, tomou outro rumo: A Alemanha ocupou a Áustria, o Japão tomou de assalto o noroeste da China e a Itália ataca a Abissínia. A escalada expansionista ampliou-se com a ocupação de parte da Tchecoslováquia pelas divisões nazistas, tudo sob os olhares complacentes da França, Inglaterra e EUA. A URSS acabou sendo in-



ditas, se transformasse no fator decisivo para a aniquilação do monstro nazista? Não há dúvida de que a unidade política e ideológica da sociedade soviética daquela época e a poderosa aliança operário-campesina kolkosiana condicionaram o resultado final. Além disso, a amizade dos povos da URSS e a coesão em torno do então Partido Bolchevique deram força inesgotável ao Estado soviético e a seu exército. A produção média anual da URSS em aviões foi 70% maior que a da Alemanha, 100% maior em relação a tanques, canhões e peças de artilharia, e 400% maior em morteiros e metralhadoras. A Guerra demonstrou ainda, que as Forças Armadas soviéticas se forjaram numa organização de 1ª categoria em armamento, experiência de quadros de comando e elevadas características morais e combativas de seu pessoal. Das direções e quadros do partido, 81,8% prestavam serviços nas Forças Armadas, e do total de filiados ao Partido, 2/3 prestaram serviço militar na frente de combate. Em 1941, o Partido de Lênin e Stálin contava com 3 milhões de membros, enquanto que em abril de 1945 abarcava 5 milhões e 800 mil filiados.

Com o esmagamento da Alemanha hitlerista no Ocidente e do Japão no Oriente, foi colocado um fim à II Guerra Mundial. O regime socialista saiu vitorioso e demonstrou sua plena vitalidade. Foi este regime que permitiu o Partido Comunista e o Governo soviético organizar todas as forças contra o inimigo fascista, saindo incomparavelmente fortalecida em consequência do triunfo do socialismo. A vitória sobre o nazismo, assegurou aos povos da Europa central e sul-oriental a possibilidade de se desenvolver livremente e de instaurar a democracia popular. Em relação ao povo alemão, a vitória da URSS teve uma significação particularmente grande para sua história, abrindo uma nova época de renascimento das forças democráticas na Alemanha.

A façanha do povo soviético e de outros povos livres durante a Guerra trouxe mudanças radicais na situação internacional. O socialismo ultrapassou as fronteiras dum só país, para se tornar um sistema mundial, mostrando a capacidade que um povo pode ter desde que orientado por um destacamento de vanguarda, munido da ciência social mais elevada: o marxismo-leninismo. (Pedro de Oliveira).

A UNIDADE DO POVO EM TORNO DO PARTIDO GARANTIU A VITÓRIA

O que fez com que uma nação pobre, que viveu dificuldades inau-



O povo soviético foi fator decisivo na retaguarda e no apoio ao Exército Vermelho. Na foto ao lado, as mulheres e crianças de Moscou cavavam trincheiras em 1941.



A cima à esquerda, mulheres, adolescentes e velhos, substituem os operários que foram enviados para o front. À esquerda, embaixo, a tomada gloriosa do Reichstag, em abril de 1945. À direita, os chefes da Inglaterra, EUA e URSS, na Conferência de Yalta.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

DE OLHO NO LANCE

Bisbilhotices

“Que monstro eu criei!” Há alguns anos atrás, esta frase do general Golbery do Couto e Silva, dava bem a medida do alcance das ações do Serviço Nacional de Informação — o famigerado SNI. Uma organização de espionagem contra o “inimigo interno” — ou seja, os brasileiros — que tem nível ministerial no governo.

Pois bem, na semana passada a imprensa divulgou a transcrição de algumas gravações de conversas telefônicas “grampeadas” pelo SNI. Uma das gravações dizia respeito a um diálogo entre o escritor Dias Gomes e um historiador, em 1975. Nela, Gomes fala de modificações que estava fazendo em sua peça “O berço do herói” — que tinha personagens militares — para a televisão, no que seria a novela Roque Santeiro. O autor tirou os militares da peça. Mas não adiantou. Com base nas gravações, o governo censurou “Roque Santeiro”, que só foi exibido — com as modificações — em 1984. Outra revelação: até a vida particular do então chefe do SNI, João Figueiredo — general e ex-presidente de triste memória —, os espões bisbilhotavam. Eles registram que o general João estava com relações estremitadas com seu irmão, o escritor Guilherme. Nem os espões escapam das miras dos espões...



GREVE EM BETIM

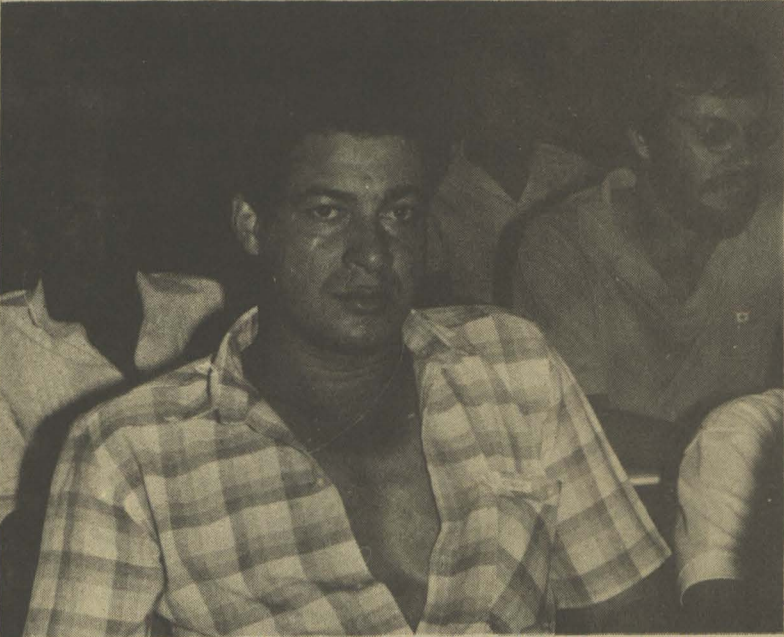
FMB de calça curta

Os 2.200 metalúrgicos da multinacional FMB, instalada em Betim (MG), estão de braços cruzados desde o último dia 12. O movimento, batizado de “operação calça na mão”, pegou de surpresa a indústria, que é a segunda maior do município. Na segunda-feira, dia 16, a PM deteve o presidente do sindicato, Edmundo Costa Vieira, sob o protesto dos grevistas que gritaram: “Queremos Edmundo”, “Queremos o sindicato”.

A paralisação na FMB começou às 11 horas, durante o almoço, e deixou perplexa a direção da empresa. Todos os operários da produção aderiram ao protesto. A indústria opera no setor de fundição de peças em alumínio e ferro gusa, principalmente para as montadoras de automóveis. Ela fabrica bloco de motor, caixa de câmbio, cabeçotes, cubo da roda e outros componentes que são utilizados pela Fiat, GM de São Bernardo do Campo e dos Estados Unidos, Cummins e Honda.

Nos últimos meses a produção teve um sensível aumento, intensificando o ritmo de trabalho dos operários. As horas-extras aos domingos se tornaram comuns. As chefias inclusive estavam punindo os trabalhadores que se recusassem a fazê-las. Segundo informações do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e Igarapé, nas semanas que antecederam à paralisação foram feitas inúmeras denúncias sobre as condições desumanas de trabalho na fábrica — principalmente na área do gusa e do acabamento.

Nestes setores os operários lidam com fornos que alcançam temperaturas de até 920 graus, recebendo luvas de proteção recomendadas. O ritmo de trabalho aumentou brutalmente. No setor de pintura, por exemplo, a média normal de produção era de 18 caixas com 108 peças por dia. Nos últimos dias, a multinacional estava exigindo 25 caixas. Para obrigar os trabalhadores a produzir mais, a empresa estava punindo constantemente por qualquer falha. Ao mesmo tempo que exige produção, a multinacional paga péssimos salários. Cerca de 50% dos funcionários recebem apenas Cz\$ 25,00 por hora — o que equivale a Cz\$ 5 mil por mês.



Edmundo Vieira, presidente do sindicato, foi detido pela PM

APARATO REPRESSIVO

A greve apanhou a FMB num momento em que ela possui muitas encomendas. Os metalúrgicos tem demonstrado grande disposição de luta. Na assembléia de domingo, dia 15, cerca de 700 grevistas manifestaram a intenção de manter o movimento até a data do julgamento do dissídio coletivo (dia 20). A assembléia também contou com a presença dos grevistas da Timinas, que está parada desde o último dia 2 e possui cerca de 100 funcionários.

Já na segunda-feira, dia 16, a multinacional armou um forte esquema de repressão. Convocou toda a vigilância e tomou emprestado, inclusive, alguns seguranças da Fiat. Além disso, a portaria da FMB foi ocupada pela Tropa de Choque da PM e pelo Comando de Operações Especiais (COE) da polícia. Apesar do aparato, poucos operários ingressaram na firma e, mesmo assim, permaneceram parados.

PRISÃO DE EDMUNDO

Na troca de turno, a empresa retirou alguns ônibus de circulação e proibiu a entrada na fábrica dos diretores do sindicato, ex-diretores e ativistas de base. Todos os operários foram revistados e identificados. As lideranças sindicais foram afastadas da empresa e as tropas militares agiram com violência.

Durante esses incidentes, a PM deteve o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, Edmundo Costa Vieira, que foi levado para o Dops. Revoltados com a violência policial, os grevistas passaram a atirar pedras nos soldados e ameaçaram derrubar os portões da fábrica. Aos gritos de “Queremos Edmundo”, “Queremos o Sindicato”, os operários exigiram a libertação imediata do sindicalista. Fruto dessa pressão e da interferência da Secretaria do Trabalho, do delegado regional do trabalho e de parlamentares, Edmundo Vieira foi solto no mesmo dia.

Com a camisa toda rasgada pela truculência da PM, o presidente do sindicato ainda dirigiu uma assembléia que, mesmo sob forte chuva, reuniu cerca de 1.500 grevistas em frente à multinacional. Representantes de diversos sindicatos e partidos políticos se fizeram presente para manifestar apoio aos metalúrgicos da FMB. Os grevistas também receberam telegramas de solidariedade da Central Geral dos Trabalhadores Italianos e da Federação Italiana dos Trabalhadores Metalúrgicos.

Na terça-feira, dia 17, o movimento continuou firme. A multinacional não permitiu que seus ônibus especiais circulassem e os trabalhadores não tiveram acesso a fábrica. Na assembléia feita em Contagem, 1.500 grevistas aprovaram a continuidade da paralisação. (da sucursal)

REFORMA AGRÁRIA

Passeata de 5 mil em PE

A luta pela reforma agrária em Pernambuco tende a passar para uma nova ofensiva. Vem crescendo paulatinamente o nível de organização dos assalariados do campo. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape) decidiu intensificar a mobilização dos camponeses sem terra e, definitivamente, partir para a luta política contra o governo Sarney e o latifúndio.

A nova posição da Fetape surgiu em decorrência da assinatura do decreto-lei 2.363, pelo qual Sarney extinguiu o Incra e criou o Inter, dando mais um passo atrás em relação à reforma agrária. No dia 11 a Fetape liderou uma passeata no centro de Recife, que reuniu mais de cinco mil pessoas. Caravanas de vários municípios do Estado e uma frota de 60 ônibus fretada pela entidade para favorecer o transporte dos camponeses até a capital deram um tom amplo ao ato.

ORIGINALIDADE

Os trabalhadores rurais mostraram muita originalidade, trazendo consigo os frutos de seu trabalho: cachos de banana, mandioca, melancia e cana em uma das mãos; na outra, enchada e foice. Eles gritavam alertando aos que observavam a manifestação que “a reforma agrária é necessária para a produção de alimentos”. O ato contou com apoio de deputados do PFL e PDT, vereadores do PMDB, inúmeras entidades populares e as

direções estaduais do PT e PC do B. Funcionários do antigo Incra paralisaram suas atividades no atual Inter (Instituto Jurídico das Terras Rurais) e foram prestar sua solidariedade à luta dos sem terra. A passeata, após ter passado pela Assembléia Legislativa e sede do governo estadual, terminou com a realização de um ato político na Praça da Independência.

Foi bastante criticada a atitude de Sarney, que além de acabar com o Incra, estabeleceu que a desapropriação por interesse social somente é válida para as propriedades exploradas — definidas legalmente como as reservas florestais, áreas impréstáveis e áreas aproveitáveis sem qualquer exploração. Com isso, o latifundiário é isentado da possibilidade de desapropriação.

Em Pernambuco, não poderão ser desapropriadas propriedades de até 500 hectares na área da Sudene. Mas de acordo com os dados da Fetape essa medida limita em muito a reforma agrária no Estado, pois é insignificante o número de propriedades que se situam acima deste limite no Estado. O coordenador da Associação Brasileira de Reforma Agrária em Pernambuco, Jorge Coelho da Silva, afirma que o decreto assinado pelo presidente é inconstitucional, pois contraria o dispositivo legal de que toda terra tem que corresponder a uma função social. (da sucursal)

Retorno ao trabalho

Os professores estaduais do Mato Grosso do Sul, depois de 20 dias de greve, resolveram voltar ao trabalho no último dia 13. O governador Marcelo Miranda jogou pesado contra o movimento, chegando a decretar a demissão de todos os grevistas que não gozassem de estabilidade — o que atingiria cerca de 5 mil trabalhadores. A amplitude do protesto dos professores ficou demonstrada na passeata realizada em Campo Grande no dia 11 de novembro, que reuniu cerca de 20 mil pessoas, constituindo-se numa das maiores manifestações daquela capital. (da sucursal)

Greve na Febem

Há alguns meses se realizaram as eleições para renovação da Associação dos Trabalhadores da Febem (ATF). Duas chapas disputaram e foi vitoriosa a chapa 2, de oposição. Desde que assumiu, a nova diretoria mudou o caráter da entidade, democratizando as decisões sobre os interesses dos trabalhadores e mobilizando pelas reivindicações dos associados. O governo Quêrcia respondeu com arrogância às reivindicações dos funcionários da Febem, proibindo a realização de assembléias e ameaçando com demissão os que reclamassem das condições de trabalho. Assim, foi realizada uma greve no complexo do Tatuapé da Febem, com adesão de 80% dos funcionários. O movimento terminou vitorioso, tendo os trabalhadores conquistados 30% de reajuste salarial pelo regime especial de trabalho, 20% de antecipação e pagamento integral do abono de férias mais a URP. (Láldert, diretor da ATF)

Derrota de pelegos

Os rodoviários de João Pessoa, na Paraíba, obtiveram uma grande vitória nas últimas eleições para a direção do sindicato da categoria, realizadas no dia 9. De 1.096 votos, 826 sufragaram a chapa 2, de oposição. O pelego Luiz Barbosa — apoiado pelos patrões — ficou com apenas 124 votos, enquanto as chapas 3 e 4 obtiveram, respectivamente 72 e 14 votos. Foi uma árdua batalha contra os pelegos, que compreendeu a realização de reuniões secretas — para impedir demissões, que ainda assim ocorreram — e uma forte unidade entre os partidários da CUT e CGT. Os patrões chegaram a ameaçar toda categoria de demissão, caso vencesse a chapa 2, mas acabaram engolindo uma amarga derrota junto com os pelegos. (da sucursal)

Advogados se reúnem

Ocorreu em São Paulo nos dias 12, 13 e 14 de novembro o 1º Congresso Estadual da Mulher Advogada. Com a participação de 1.500 advogadas inscritas, o evento foi o coroamento de 12 encontros regionais preparatórios que debateram a condição da mulher, exercício profissional e dificuldades diante da atual legislação e jurisprudência no tratamento à mulher. O congresso, que teve caráter nacional, posicionou-se a favor da legalização do aborto e o fim do pátrio poder, entre outras coisas.

Acordo no Metrô

Em assembléia realizada na noite de terça-feira, dia 17, os metroviários de São Paulo decidiram aceitar a contraproposta de antecipação salarial da direção do Metrô e suspender a greve marcada para o dia 18. Cerca de mil dos quase 8 mil funcionários da empresa participaram da assembléia. Pelo acertado, a categoria receberá 5% de aumento em novembro mais um abono de 28%. A direção do sindicato considerou a terceira contraproposta da companhia “satisfatória” e propôs a assinatura do acordo.

Oposição vence

Até recentemente a empresa Sadia, instalada no Mato Grosso, fazia gato e sapato dos trabalhadores. Além do salário de fome, não pagava horas-extras e o adicional de periculosidade. O ambiente de trabalho era péssimo. Ela colocava gases nos banheiros para forçar o uso rápido, prejudicando a saúde dos operários. A alimentação era precária.

Os operários não tinham meios de protestar e fundaram uma associação sindical. Temendo a organização classista, os patrões articularam meia dúzia de chefes para formar uma chapa na disputa pela entidade. Entretanto a manobra não deu certo. A Chapa 1, comprometida com a luta dos trabalhadores, venceu as eleições. Dos 576 votantes da Sadia, Coca-Cola e Brahma, 368 votaram na Chapa 1 contra 215 dados às outras duas chapas patronais. (Janete Maia, secretária-geral da Associação de Trabalhadores da Indústria de Alimentação de Cuiabá)

Crimes do latifúndio

Com o objetivo de detectar os motivos pelos quais vários processos contra crimes praticados contra os sem-terra estão engavetados nos cartórios, sem o devido andamento, foi realizado em Salvador, de 12 a 14 de novembro, o Tribunal Nacional contra os Crimes do Latifúndio, no auditório da Faculdade de Direito da UFBA. Juristas renomados do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, além de representantes de sindicatos de trabalhadores rurais e outras entidades populares participaram do encontro, onde foram reabertos cerca de seis processos.

No tribunal, que funciona como uma espécie de corregedoria — órgão fiscalizador da justiça — foi constatado que desde 1964 até o fim do ano passado 1.188 trabalhadores e advogados rurais foram assassinados em função da luta pela posse da terra. Além disto, foram denunciadas inúmeras tentativas de homicídios e ameaças recebidas pelos posseiros.

Foi registrado um novo crime, ocorrido dia 9, o assassinato a tiros do posseiro Joaquim Alves da Cunha, 28 anos, na Fazenda Mandacaru, perto da

localidade de Inhacemas na região de Baianópolis. A vítima era secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Baianópolis. Foi morto por pistoleiros — sendo suspeitos um tal de Silvino e Joca Santana, além de um fazendeiro identificado apenas como Lutero. Um dos processos mais discutidos foi o do baiano Eugênio Lyra, advogado assassinado em 1971 pelo latifúndio.



Morte de Lyra: povo quer apurar

SINAIS DA CRISE

Os ônibus ardem

A deterioração acelerada dos serviços de transporte foi a causa, na semana passada, de importantes manifestações de revolta em pelo menos três pontos do país. Em alguns casos, estas manifestações atingiram um elevado grau de radicalização e acabaram unindo motoristas e cobradores aos usuários do transporte coletivo.

No Rio, houve grave tumulto na Barra da Guaratiba. Na madrugada do dia 16, centenas de moradores de bairro bloquearam a rodovia Rio-Santo para protestar contra os maus serviços prestados por duas empresas de ônibus particulares. A polícia interveio com violência e os manifestantes revidaram como puderam. Pelo menos 12 ônibus foram depredados e dois deles, incendiados. No mesmo dia, e ainda no Rio, moradores de outras regiões também interromperam o trânsito de duas importantes arté-

rias, a Avenida Brasil e a Avenida Automóvel Clube.

Em Brasília, a causa dos protestos foi o aumento de passagens, decretado pelo governador José Aparecido. No dia 17, 2 mil estudantes saíram às ruas na cidade-satélite de Taguatinga, e mais 700 no Plano Piloto, gritando palavras de ordem como “Aumento de Passagem/ é uma sacanagem”. As manifestações, organizadas pela UJS, UBES e UMES, foram reprimidas por policiais armados de metralhadoras e gás lacrimogênio, e acompanhados de cães.

Finalmente, em Osasco, município da Grande S. Paulo, uma greve de motoristas e cobradores, assumiu característica especial: eles fizeram questão de incluir no acordo assinado uma cláusula afirmando expressamente que os custos assumidos com o aumento dos salários não serão repassados no preço das passagens.



CDM Centro de Documentação Fundação Maurício Grabois

Foto: Michele Mifano



Nivaldo Santana discursa na concentração que reuniu cerca de 5 mil funcionários da Sabesp e Cetesh

SABESP/CETESB

Reflexos da greve vitoriosa

Após dois dias de greve, os funcionários da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) e Cetesb (Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental) retornaram ao trabalho na sexta-feira, dia 13. A paralisação, que contou com a adesão de 90% dos trabalhadores na região metropolitana e 70% no interior paulista, foi considerada plenamente vitoriosa pela categoria. Esta foi a maior greve do setor nos últimos anos e a primeira que englobou todas as áreas das duas empresas.

No início das negociações, o governo estadual recusou-se a atender a única reivindicação dos funcionários — de 58% de reposição salarial — e não ofereceu nada em troca. Mas com o sucesso da paralisação, que ameaçava interromper o abastecimento de água no Estado, voltou atrás. No final ficou acertado um aumento de 46%, parcelado em três meses, mais a URP e um abono — o que dará um reajuste total de 59,5%. As empresas também

se comprometeram a implantar até maio próximo uma cesta básica com 25 quilos de alimento para todos os trabalhadores e o piso salarial foi elevado para Cz\$ 8.400,00.

Além da vitória econômica, a greve trouxe um grande saldo político. A última paralisação no setor, em setembro passado, foi frustrada com a decisão do Tribunal Superior do Trabalho de anular as conquistas salariais. Esse resultado abalou o ânimo da categoria. “Agora nós demos a volta por cima e mostramos que só com a luta é que se conquista vitórias”, comenta Nivaldo Santana, diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Purificação de Água e Esgoto e encabeçador da Chapa 1 que disputará as eleições da entidade nos dias 1 e 2 de dezembro.

REFLEXO ELEITORAL

A paralisação também teve reflexos na disputa eleitoral em curso no sindicato. Mesmo procurando não confundir as

duas batalhas, a Chapa 1 saiu fortalecida com a greve. Naturalmente a categoria observou que seus integrantes é que estavam a frente dos piquetes, das passeatas e assembléias.

Já a Chapa 2, formada às pressas por iniciativa de sindicalistas de direita (como Antônio Magri e Luis Antônio Medeiros), mostrou seus pontos fracos. A maioria dos seus membros participou timidamente do movimento. Na assembléia que decretou a greve, essa articulação imobilista distribuiu um boletim desestimulando a categoria e apresentando inúmeros argumentos contrários à realização do protesto.

Para Nivaldo Santana, a greve serviu “para delimitar os campos. Mais do que os discursos e os programas eleitorais, a prática demonstrou quem é quem nesta eleição. Deixou claro que a Chapa 2 não está comprometida com o avanço das lutas e conquistas da categoria e que a Chapa 1 é a única alternativa capaz de fortalecer o nosso sindicato”.

OS 50 ANOS DO ESTADO NOVO

Lembrai-vos de 37

No momento em que poderosas forças reacionárias se aglutinam para tentar liquidar os avanços conquistados na Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, pode ser útil relembra-los os fatos e as razões que desembocaram no famigerado Estado Novo, exatamente há cinquenta anos, com o discurso de Getúlio Vargas em 10 de novembro de 37.

Naquele período, a Constituinte também aprovara algumas conquistas sociais para os trabalhadores e definia o mandato presidencial em quatro anos, como agora. O desfecho, entretanto, deu-se contra o povo.

No dia 15 de outubro de 1937 o general Dutra descreveu em seu diário uma reunião do ministério, onde “chegou-se à conclusão de que com a atual Constituição não é possível a adoção de providências eficazes que permitam debelar o comunismo”. Alguns dias depois, a 9 de novembro, registrou que “as correntes políticas procuram por todos os meios neutralizar o golpe que está preparado. (...) A vista de todas estas manobras, procurei o Dr. Getúlio e lhe sugeri que antecipasse o movimento para desarticularmos os arranjos dos adversários”.

O golpe a que Dutra, o então ministro da Guerra de Getúlio se referia, vinha sendo tramado desde a promulgação da Constituição de 1934, que limitou os poderes do presidente e garantiu algumas conquistas democráticas. Ele ocorreu, finalmente, no dia 10 de novembro de 1937, culminando uma longa série de atentados contra a democracia iniciada em 1935, com a implantação de uma Lei de Segurança Nacional.

A Constituinte de 1934 incorporou várias conquistas

A Constituinte de 1934, composta por latifundiários, burgueses, tenentes (militares radicalizados que, desde a década anterior, lutavam por vagas mudanças políticas e sociais) e operários, votou uma Carta que incorporou conquistas populares como a autonomia sindical, o salário mínimo, a jornada de oito horas, salário igual para trabalho igual, férias etc. Ao mesmo tempo, a Constituição (que marcou eleições presidenciais para o dia 3 de janeiro de 1938) definia cuidadosamente os poderes do presidente, estabelecia que os ministros de Estado poderiam ser convocados pelo Congresso para prestar contas de sua atuação, definiu o tempo de quatro anos para a duração do mandato, sem reeleição. Esse não era, sem dúvi-

da, o perfil do chefe de governo sonhado por Vargas, que pretendia um executivo forte, com amplos poderes para agir. “Vocês vão obrigar-me a escrever em papel pautado”, disse Vargas a um grupo de Constituintes que o visitou. Em outra ocasião ele já havia dito que seria “o primeiro revisionista da Constituição” (1)

Novembro de 1935 abre fase de violenta repressão

Os meses que se seguiram à promulgação da Constituição foram de intensa agitação e mobilização popular. Por isso, para os trabalhadores, o Estado Novo começou mais cedo. Desde fins de 1934, oficiais do Exército e forças oligárquicas dos Estados procuravam agir para deter a ação do operariado e das classes médias(2). A hierarquia militar e as oligarquias sentiam-se ameaçadas pela radicalização à esquerda de alguns tenentes, que passavam a reclamar reformas sociais mais profundas. Ao mesmo tempo, o movimento sindical voltava a crescer e a atuar com desenvoltura, protegido pelas conquistas da Constituição. As greves de 1934 e 1935 caracterizavam-se por apresentar, muitas vezes, reivindicações de natureza política, exigindo o cumprimento da Constituição de 1934, ao lado da exigência de melhores salários e da luta contra a carestia. Outra característica do movimento operário desse período foi a de que, “pela primeira vez em nossa história, a liderança e a ideologia operária anarquista são substituídas pela comunista”(3).

Nesse quadro, desde os primeiros meses de 1935 parlamentares, chefes militares e personalidades das classes dominantes pressionam o Congresso pela aprovação de uma Lei de Segurança Nacional (LSN). O apoio das elites é unânime: o Partido Constitucionalista de São Paulo (seu candidato à presidência Armando de Salles Oliveira e o

jornal o Estado de S. Paulo); Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul, os generais Góes Monteiro, o almirante Protógenes Guimarães e João Alberto, antigo tenente que aderiu a Getúlio e fazia carreira sob o regime instaurado em 1930. Assim, em 4 de abril de 1935, o Congresso votou a lei, de autoria de Vicente Rao e Raul Fernandes. Do lado popular, desde janeiro discutia-se a organização da Aliança Nacional Libertadora (ANL) uma frente única de partidos de esquerda antifascista que compreendia o Partido Comunista, o Partido Socialista, sindicatos, tenentes e políticos independentes. Seu programa antiimperialista, antilatifundiário, popular e democrático, era uma ameaça aos interesses dominantes. O tenente Roberto Sisson, um de seus fundadores, definiu-a como “um amplo movimento popular nascido da necessidade em que se acham os brasileiros de se emanciparem economicamente do jugo estrangeiro e de se libertarem da lei monstro, já em votação no parlamento”. A ANL após a aprovação da Lei de Segurança Nacional, cresceu rapidamente: em maio, tinha 1.600 núcleos em todo o país, mais de 50 mil filiados. Contudo, a ANL foi colocada na ilegalidade. Em julho, usando os poderes dados pela LSN, o governo decretou seu fechamento, desencadeando a repressão contra seus partidários, com apoio de grupos de choque e milícias integralistas.

O golpe de Estado culmina um processo que vem desde 1935

A atividade aliancista continuou, contudo, e apesar da dura clandestinidade, articulou o levante que acabou ocorrendo em novembro de 1935, cuja derrota abriu uma fase de sangrenta repressão. Apresentando-se como garantia contra a ameaça comunista, Vargas aproveitou o momento para tornar mais dura a LSN, concentrando poderes discricionários em suas mãos. Um dos re-



No dia 10 de novembro de 1937, o Senado na capital da República amanheceu cercado pelos soldados.

presentantes da oligarquia de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, dirá, após o levante, que “o Congresso brasileiro demonstrou que não tem medo de dar ao Executivo meios para defender a Nação, em crises que a Constituição não previra”. O estado de sítio foi implantado, e sucessivamente prorrogado até junho de 1937, aumentando a perseguição aos políticos democráticos, aos tenentes radicalizados e aos militantes operários. “Só no Distrito Federal, de 25 de novembro de 1935 a 15 de março de 1936, fizeram-se 3.250 investigações; 441 buscas domiciliares; 901 prisões de civis e 2.146 de militares, entre oficiais e soldados” (4).

A reação pressiona para a aprovação da lei de Segurança

Ao clima de radicalização anticomunista, que acentuou-se principalmente depois de junho de 1937, quando o estado de sítio foi levantado, juntava-se a campanha para a

eleição presidencial que se aproximava, indesejada por Vargas. José Américo de Almeida, apoiado por forças ligadas ao regime de 1930, e Armando de Salles Oliveira, apoiado pelo grande capital e pela oligarquia de S. Paulo, unia os setores liberais da oposição. Vargas, ao conspirar contra a Constituição, conspirava também contra essas candidaturas. Em outubro de 1936, ele encarregou o mineiro Negrão de Lima de negociar com os governadores dos Estados o apoio ao golpe: com exceção dos governadores do Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco, todos os outros chefes das oligarquias governantes estaduais garantiram seu aval ao atentado contra a Constituição. No fim de setembro, a imprensa publicou com alarde um mirabolante plano descoberto por um oficial integralista, o capitão Olímpio Mourão Filho e divulgado pelos generais Góes Monteiro e Eurico Dutra: o plano Cohen, uma grosseira falsificação que anunciava um suposto golpe comunista. Em

consequência, Getúlio conseguiu, em outubro, nova decretação do estado de sítio. O passo seguinte foi o golpe de Estado de 10 de novembro, quando todas as máscaras caíram, e teve origem o Estado Novo, “A apatia é geral, o fato não representando trauma mais profundo na vida do país, porque operariado e classes médias, isto é, a maioria da população, já vivem em clima de constante repressão. O golpe só atinge parte dos grupos dirigentes, representados pelas oposições oligárquicas e tenentistas. Daí o golpe de estado traduzir triste ocaso de processo mais longo, que se iniciara em 1935. O resultado imediato, porém, é a queda de Carlos de Lima Cavalcanti e Juraci Magalhães, a prisão de Armando de Salles Oliveira; o fim da autonomia dos Estados, simbolizado pela queima das bandeiras estaduais; a dissolução dos partidos políticos etc. A ditadura, agora, se estende a todos. É o Estado Novo que começa” (5)

(José Carlos Ruy)

- (1) Dulles, John W. F., Getúlio Vargas, biografia política, Editora Renes, RJ, s/d, p. 147
- (2) Carone, Edgard, A República Nova (1930- 1937), Difel, SP, 1976, p.330.
- (3) Idem, p. 107 ss.
- (4) Carone, Edgard, Revoluções do Brasil Contemporâneo, Difel, SP, 1975, p. 124.
- (5) Carone, Edgard, A República Nova, p. 377.



Na praça da Sé, no centro de São Paulo, partidos políticos e sindicatos protestam contra Vargas.

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — São Paulo — SP — CEP 01318 — Telefone: 36-7531 (DDD 011) — Telex: 1132133 TLOBR
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Olívia Rangel, Bernardo Joffily
ACRE: Rio Branco: Edifício Felício Abrahão, 2º andar, sala 32 — CEP 69900
ALAGOAS — Arapiraca: Pça. Luís Pereira Lima, 237 Sobreloja CEP 57000
Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 — Centro — CEP 57000
AMAZONAS — Manaus: R. Simon Bolívar, 231 (ant. Pça. da Saudade) — Caixa Postal 1439 — Rua João Pessoa 53, São Lázaro. Fone: 237-6644 — CEP 69000
BAHIA: Camacari: R. José Nunes de Matos, 12 — CEP 42800
Foz de Santana: Av. Sr. dos Passos, n.º 1399 — 2º andar — sala 1415 — CEP 44100

Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928 1º andar sala 1 — Centro — CEP 45800. Itapetininga: Av. Santos Dumont, 44 1º andar Centro. Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A CEP 44060. Paratinga: Rua Marechal Deodoro, 30 Centro CEP 47500. Salvador: R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 — Barris — CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de setembro (prédio da ant. Cimes) — CEP 43700
DISTRITO FEDERAL: Brasília: HIGS Bloco G Casa 67 — CEP 70302 — Telefone 225-8202
CEARA — Fortaleza: Av. Tristão Gonçalves, 789 CEP 60000. Iguatú: Pça. Otávio Bonfim, s.n. Altos — CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236 sala 4 CEP 62100
ESPIRITO SANTO — Cachoeiro do Itapemirim: Pça. Gerônimo Monteiro, 89 sala 2 Centro — CEP 29300. Vitória: Rua Prof. Baltazar, 152 CEP 29020
GOIÁS — Goiânia: Rua 3, n.º 380 casa 6 CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Ju-

ho, 821 Centro — CEP 77100
MARANHÃO — São Luís: Rua Osvaldo Cruz, 921 Centro Fone: 221.5440 CEP 65000
MATO GROSSO — Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 Fundos CEP 78030 — Fone 321-5095
MATO GROSSO DO SUL — Campo Grande: Rua Maria Madalena, 5 CEP 79010
MINAS GERAIS: Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 Centro — Fone 224-7605 — CEP 30000
PARÁ — Belém: Rua Manoel Barata 993 CEP 66000
PARAIBA — João Pessoa: Pça. 1817 n.º 116 2º andar Centro CEP 58020

Campina Grande: Praça da Bandeira, 117 1º andar Centro CEP 58100
PARANÁ — Curitiba: Rua Saldanha Marinho, 370 2º andar CEP 80000 Fone: 222-9120. Londrina: Rua Serpente, 984 sala 206 2º andar CEP 86100
PIAUÍ — Teresina: Rua Desembargador Freitas, 1459 Fone: 222.2044 CEP 64000
PERNAMBUCO: Cabo: Rua Vigarário Batista, 238 CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5 sala 1 Centro CEP 55390. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista CEP 50750
RIO GRANDE DO NORTE: Natal: Rua Jundiá, 420-A CEP 59000 — Cid/Alta: RIO GRANDE DO SUL — Porto Alegre: Rua Vig. José Inácio, 687 3º andar CEP 90020. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2049 CEP 95100. Canoas: Rua Tiradentes, 130 sala 405 CEP 92100. Cruz Alta: Rua João Manoel, 433 CEP 98100. Pelotas: Rua Tiradentes, 2394 1º andar CEP 96010. Santa Maria: Rua Mal. Floriano Peixoto, 1357 Fundos — CEP 97100. Novo Hamburgo: Rua Lucas de Oliveira, 96 sala 6 CEP 93510. Rio Grande: Rua Gal. Vitorino, 746-A CEP 96200
RIO DE JANEIRO — Rio de Janeiro: Rua 1º de Março, 8 2º andar Fone: 252-9935 CEP 20000 — Niterói: Av. Amiral Peixoto 370 sala 808 Centro — CEP 24000. Duque de Caxias: R. Nunes Alves, 40 sala 101 CEP 25000. Nova Iguaçu: Trav. Renato Pedrosa, 33 sala 319 CEP 26000
SANTA CATARINA — Florianópolis: Pça. XV de Novembro, 21 sala 705 Caixa Postal: 1231 CEP 88075
SAO PAULO — São Paulo: Rua Condessa de São Joaquim, 272 Fone 217-

gre: Rua Vig. José Inácio, 687 3º andar CEP 90020. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2049 CEP 95100. Canoas: Rua Tiradentes, 130 sala 405 CEP 92100. Cruz Alta: Rua João Manoel, 433 CEP 98100. Pelotas: Rua Tiradentes, 2394 1º andar CEP 96010. Santa Maria: Rua Mal. Floriano Peixoto, 1357 Fundos — CEP 97100. Novo Hamburgo: Rua Lucas de Oliveira, 96 sala 6 CEP 93510. Rio Grande: Rua Gal. Vitorino, 746-A CEP 96200
RIO DE JANEIRO — Rio de Janeiro: Rua 1º de Março, 8 2º andar Fone: 252-9935 CEP 20000 — Niterói: Av. Amiral Peixoto 370 sala 808 Centro — CEP 24000. Duque de Caxias: R. Nunes Alves, 40 sala 101 CEP 25000. Nova Iguaçu: Trav. Renato Pedrosa, 33 sala 319 CEP 26000
SANTA CATARINA — Florianópolis: Pça. XV de Novembro, 21 sala 705 Caixa Postal: 1231 CEP 88075
SAO PAULO — São Paulo: Rua Condessa de São Joaquim, 272 Fone 217-

3322 CEP 01318 Bela Vista. Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281 sala 6 CEP 13470. Botucatu: R. Armando de Barros, 817 1º andar sala 2 CEP 18600. Campinas: Rua Senador Saralva, 448 Fone 2-6345 CEP 13100. Marília: R. Dom Pedro 180 CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 20 2º andar, sala 12 CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119 Caixa Postal 533 CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195 1º andar sala 19 CEP 12200. Guarulhos: R. Pe. Celestino, 42 sala 8 2º andar CEP 12200
SERGIPE — Aracaju: Rua Itabalânia, 145 sala 104 CEP 49010

Tribuna Operária

Fundação Maurício Grabois

Tijolos, cimento e... sangue

Por detrás dos tapumes das grandes obras de construção está ocorrendo um sistemático massacre de operários. Cerca de 800 trabalhadores são feridos ou morrem diariamente na construção civil, o que coloca esta atividade como recordista em acidentes de trabalho. A sede de lucros dos empresários faz com que eles se neguem a oferecer até mesmo calçados de couro para os operários — requisito básico para a segurança no trabalho. Os patrões agem assim porque não são punidos pelas mortes e mutilações e a fiscalização é precária ou inexistente.

Segundo dados do INPS, em 1986 foram registrados 1.154.480 acidentes de trabalho no Brasil. Aproximadamente 25% desse total ocorreu na construção civil, setor que emprega 2 milhões de trabalhadores. Para debater este assunto, foi realizado em São Paulo, de 17 a 19 de novembro, o I Congresso Nacional de Engenharia de Segurança na Construção Civil, com a presença de representantes dos sindicatos patronais e de trabalhadores, além de entidades governamentais.

Pelos depoimentos prestados por operários e técnicos, ficou evidenciado as precárias condições de trabalho nesta área e a omissão do governo em punir os empresários com a segurança no local de trabalho. Em uma fiscalização feita pela Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo, se constatou que 65% das empresas não fornecem calçados de couro para o trabalhador (item obrigatório por lei). Se isto acontece com medidas de segurança tão elementares, pode-se imaginar o que ocorre com outros equipamentos de segurança mais sofisticados.

Condições sub-humanas

O relatório dos engenheiros da DRT/SP também mostra que em 90% das empresas, os alojamentos, refeitórios, vestiários, instalações sanitárias e fornecimento de água potável são insatisfatórias e precárias. Em alguns casos são sub-humanas, "haja visto que foram encontrados trabalhadores dormindo sobre estrados de madeira sem colchão, sem cobertor e na maioria das empresas não é fornecida roupa-de-cama". Os patrões não fornecem uniforme e os trabalhadores se cobrem de trapos, contribuindo para o aparecimento de doenças na pele, devido ao contato com cal, cimento, resinas, etc.

Os salários pagos aos trabalhadores desta categoria são dos mais baixos. Atualmente um servente ganha cerca de Cz\$ 19 por hora e este valor

oscila de acordo com a maior ou menor procura de mão-de-obra. Como está havendo um desaquecimento na área de construção civil, há uma tendência de abaixamento nos níveis salariais.

Outro grande problema para o trabalhador desta categoria são as sub-empregueiras ou "gatos", que contratam apenas temporariamente a mão-de-obra. Nestas empresas as garantias no emprego são ainda menores e a exploração muito maior.

A fiscalização — que deveria coibir estes abusos contra

os operários — é ineficiente ou em alguns locais inexistente. Esta precariedade é tão grande, que num Estado como São Paulo, onde trabalham cerca de 400 mil trabalhadores só na construção civil, não há veículos para o transporte dos fiscais. Para piorar o quadro, as autoridades cortaram as diárias dos técnicos da DRT que fiscalizam fora da capital. Quando há vistoria em uma obra, geralmente só é feita com a ajuda do sindicato dos trabalhadores que oferecem condução e alimentação para os fiscais. (Domingos Abreu)



"Patrão nunca é punido pelos acidentes"

O relato feito à Tribuna Operária por uma fiscal da Delegacia Regional do Trabalho (DRT/SP) e um trabalhador da construção civil da baixada santista explica porque existe tantos acidentes nos canteiros de obras. Fernanda Granasi de Albuquerque Lima é engenheira da DRT e Luiz Carlos de Andrade é 2º secretário do Sindicato da Construção Civil de Santos, com área de atuação em oito municípios, inclusive Cubatão, onde trabalha.

TO: Por que esta dificuldade em se fiscalizar as obras?

Fernanda Granasi: O governo não tem nenhum interesse em minimizar, diminuir ou eliminar os acidentes e a falta de condições de trabalho. Eu nunca senti empenho da área governamental. Eles querem resolver o problema contraindo gente, só que não dão condições para estes técnicos exercerem realmente este poder.

TO: O que vocês podem fazer diante de uma irregularidade na obra?

Fernanda: Na construção civil nós podemos embargar a obra, mas não em todos os casos. Nós pretendemos uma revisão completa da Legislação que regula a fiscalização e entender o poder de embargo e interdição não só à construção civil, mas para qualquer atividade, desde que seja constatado um grave e iminente risco para a saúde do trabalhador, até sem precisar medir. Hoje, existem alguns itens — por exemplo, você precisa medir para saber se está acima do limite de tolerância para propor a interdição. O que nós quere-



Fernanda Granasi Lima

mos é que a legislação seja totalmente revista e onde já existem trabalhadores afastados e doentes, onde realmente o ambiente de trabalho possa colocar em risco iminente a vida do trabalhador, que nós possamos intervir no ato, sem ficar esperando que um assine, que outro leia, que tenha autorização. O poder é nosso. É isso que a gente pretende.

TO: Esse trabalho de fiscalização é feito com a ajuda do sindicato?

Fernanda: O trabalho que os sindicatos têm feito com a gente é fundamental para que aconteça a fiscalização. Nós tivemos casos dos sindicatos arcarem com toda a nossa despesa para podermos nos deslocar para fora de São Paulo.

TO: O que mais choca nestas fiscalizações na construção civil?

Fernanda: Olha, são as condições de vida dos trabalhadores dentro das obras. Isso aí é uma questão que revolta a gente. Alojamento: isto é uma questão que choca, o problema da refeição que não é respeitada, não é respeitado o ho-

rário de descanso, não tem água potável e nem sequer o calçado as empresas dão. A gente não está nem pedindo grandes equipamentos porque não acreditamos na eficiência deles, mas o mínimo, como calçados, para evitar que se trabalhe descalço ou com chinelo.

TO: E a questão das quedas dos edifícios?

Fernanda: Existe muito. A principal causa dos acidentes de trabalho na construção civil é a queda, depois vem choques elétricos e em terceiro soterramento de trabalhadores. São as três causas que mais matam o trabalhador.

TO: O fato da empresa não ter nenhum gasto extra com o trabalhador quando ocorre um acidente — a previdência social cobre — não contribui para o desleixo com a segurança do trabalhador?

Fernanda: Eu acho o seguinte: além desta questão da despesa acidentária ficar toda por conta do governo, o empresário não sofre nenhum tipo de penalidade, eu vejo outra questão. A impunidade deles (dos patrões) que sempre agiram desta forma e nunca houve, por parte de quem de direito, uma ação mais efetiva. Punição mesmo, por descumprimento. Você nunca ouviu falar que um empresário que expôs trabalhadores em situações de grave risco e perigo tenha sido processado, que tenha pego cadeia ou qualquer coisa assim. Então o que está existindo é uma falta de responsabilidade civil e criminal em cima destes empresários. Multa não resolve, o empresário paga e o trabalhador fica na mesma situação.

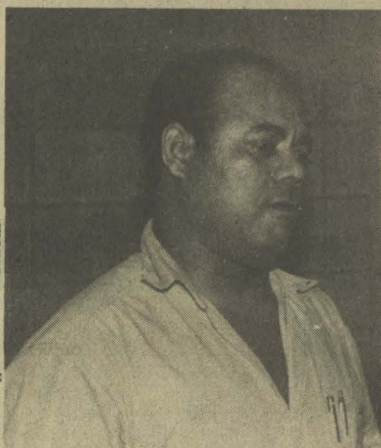
"A proteção coletiva é mais eficaz"

TO: Quais os acidentes mais comuns na construção civil?

Luiz Carlos de Andrade: Existe muitas quedas. Os patrões tentam jogar a culpa dos acidentes sobre as costas dos trabalhadores, alegando que eles não querem usar o equipamento de proteção. Muitas vezes o operário não gosta de usá-los porque geralmente são obsoletos e inadequados. O que realmente favorece a segurança de um trabalhador num edifício em construção seria a colocação de uma rede, a montagem das denominadas "bandejas" e não somente o equipamento individual. O que faz reduzir o número de acidentes de trabalho são as medidas de proteção coletivas.

TO: Por que os trabalhadores da construção civil estão sendo contaminados pelo benzeno?

Luiz Carlos: Isto ocorre porque fazemos a montagem e expansão das grandes indústrias da baixada santista.



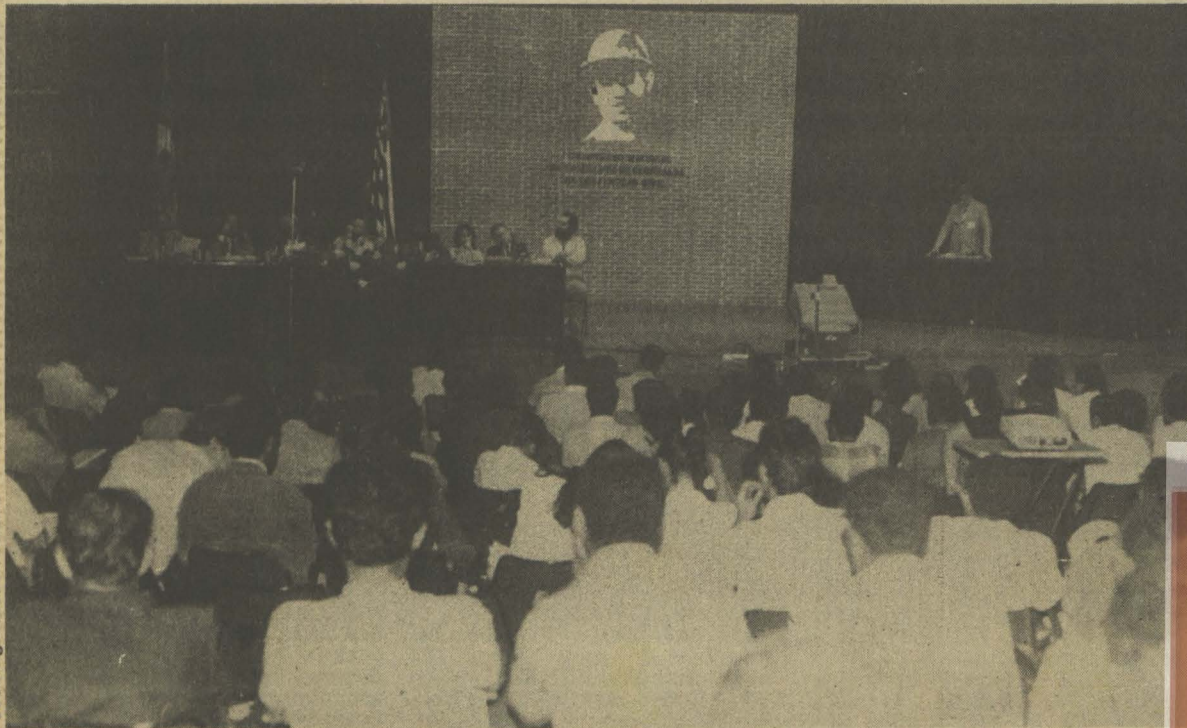
Luiz Carlos de Andrade

Atualmente na construção civil há mais operários contaminados por benzeno (que provoca a leucopenia, doença incurável) do que em qualquer outra categoria. Hoje, por exemplo, estamos fazendo a reparação dos fornos da coqueria da siderúrgica Cosipa. Ali sempre há vazamento de gás de coqueria misturado com benzeno, sem falar de outras partes como jateamento, pin-

tura, etc. Este tipo de trabalho nós executamos na Cosipa, Petrobrás e outras indústrias. Já são cerca de mil casos de companheiros afastados por doença profissional na baixada santista. E quando eles são afastados, os seus salários são violentamente defasados em razão da política do INPS (os salários são calculados pela média salarial dos últimos 12 meses, sem considerar a inflação no período).

TO: A rotatividade neste setor é muito grande?

Luiz Carlos: Nós temos duas situações. Dentro do parque industrial de Cubatão existe uma grande rotatividade, mas o trabalhador não sai daquele ambiente de trabalho. O operário ali é mais esclarecido do que aqueles que trabalham nas obras de construção civil propriamente dita (edificações prediais). Aí o salário é ainda mais baixo e ele sempre pula de um emprego para outro e nós temos dificuldades de mobilizá-lo.



Cerca de mil pessoas estiveram presentes durante os trabalhos do I Congresso, no Parque Anhembi.